O Grupo BEI no ano 2000

Banco Europeu de Investimento

Dados-chave

(em milhões de euros)	*2000*	*1999*
Contratos assinados	**36 033**	**31 800**
União Europeia	30 644	27 765
Países candidatos à adesão	2 948	2 373
(linha de crédito de pré-adesão)	(1 618)	(1 467)
Países parceiros	2 441	1 662
• *Países Mediterrânicos (excluindo Chipre e Malta)*	*1 214*	*802*
• *África, Caraíbas, Pacífico e PTU*	*401*	*341*
• *África do Sul*	*140*	*150*
• *América Latina e Ásia*	*532*	*310*
• *Balcãs*	*154*	*60*
Financiamentos aprovados	**40 940**	**35 117**
Na União Europeia	35 003	30 380
Países candidatos	3 268	2 677
Países parceiros	2 669	2 060
Desembolsos efectuados	**29 994**	**27 612**
Por conta de recursos próprios	29 809	27 449
Por conta de outros recursos	185	163
Recursos obtidos	**29 038**	**28 355**
Em divisas comunitárias	23 764	19 658
Em divisas não comunitárias	5 273	8 697
Operações em curso		
Financiamentos a cargo de recursos próprios	198 918	178 775
Garantias	223	277
Financiamentos a cargo de recursos orçamentais	2 386	2 352
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	159 860	146 223
Fundos próprios	**21 840**	**20 494**
Total do balanço	**219 196**	**201 104**
Capital subscrito em 31.12	**100 000**	**100 000**
Do qual realizado	6 000	6 000

Índice

Páginas

Mensagem do Presidente 2

Âmbito de acção e perspectiva geral de 2000 4

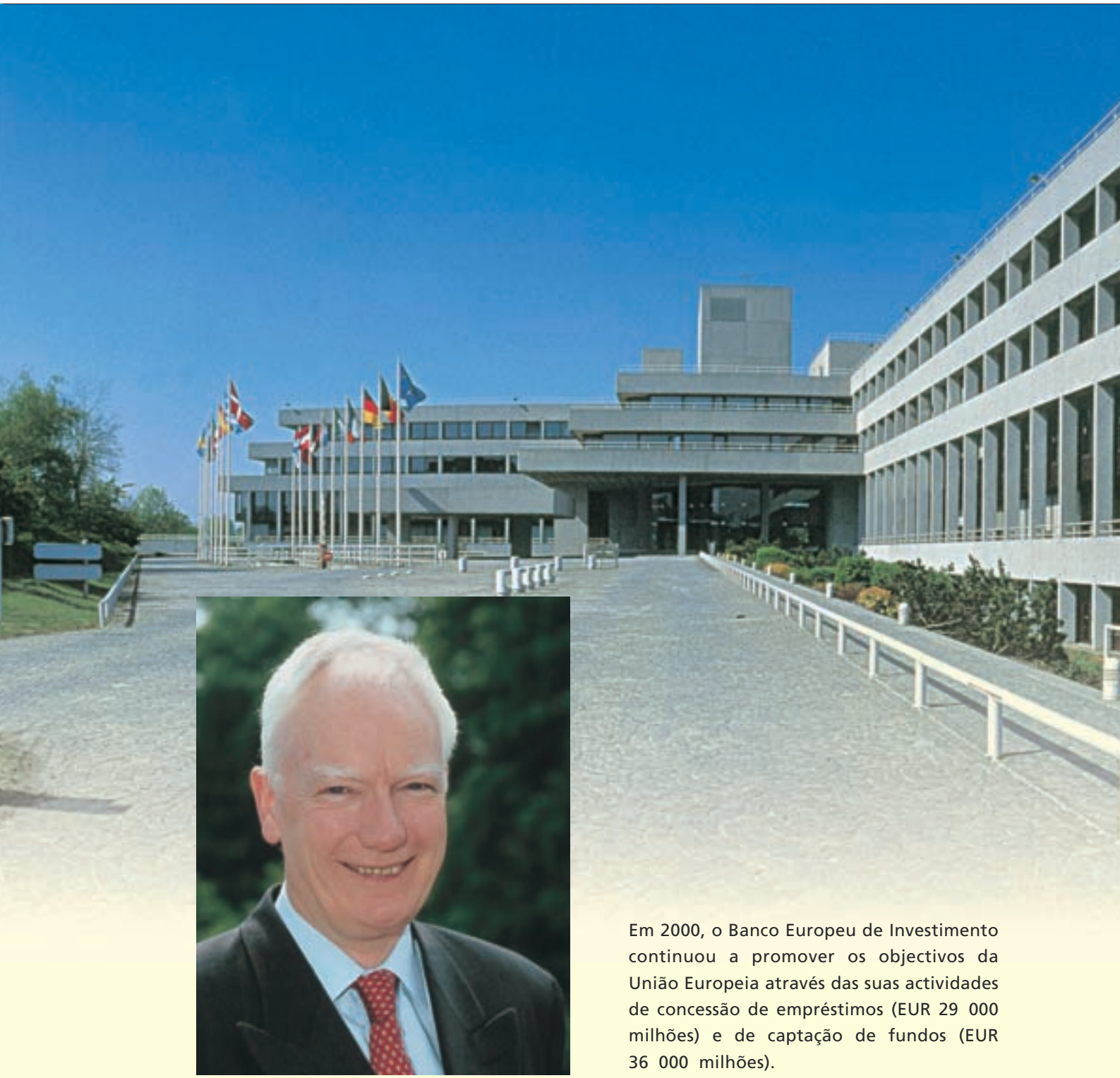
Actividades do Grupo BEI no ano 2000 6

Plano de Actividades do Banco para 2001 - 2003 7
Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União 8
«Iniciativa Inovação 2000» 11
Preparação dos países candidatos à adesão 13
Cooperação com os países parceiros 16
Proteger o ambiente natural e urbano 18
O Grupo BEI e as PME 20
Financiar as redes transeuropeias 22
Investir no capital humano 25
Uma presença diversificada no mercado de capitais 26

Um intermediário financeiro eficaz 30

Colaboração com o sector bancário 31
Parceria com as instituições 32
Diversidade dos produtos propostos 32
Estrutura directiva 33
Comité Executivo 34
Funcionamento do BEI 35
Estrutura dos serviços 36
Política de informação e de transparência 38
Projectos que podem ser financiados 39
Balanço sintético do Grupo BEI 40

Endereços do Grupo BEI 41



Mensagem do Presidente

Em 2000, o Banco Europeu de Investimento continuou a promover os objectivos da União Europeia através das suas actividades de concessão de empréstimos (EUR 29 000 milhões) e de captação de fundos (EUR 36 000 milhões).

O Banco empenhou-se, mais do que no mero volume de negócios, no cumprimento da sua principal missão, a promoção da coesão económica e social na União (73% dos nossos financiamentos na União destinaram-se a apoiar projectos situados em regiões menos favorecidas).

Comité Executivo

Outra das grandes prioridades do ano em apreço foi a instauração da «Iniciativa Inovação 2000», um programa vocacionado para apoiar investimentos destinados a transformar a Europa numa sociedade baseada na inovação e no conhecimento, objectivo prioritário estabelecido no Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000.

Um passo importante neste sentido foi a criação em Junho de 2000 do Grupo BEI, no seio do qual o Fundo Europeu de Investimento (FEI) se tornou uma subsidiária especializada em capital de risco e em operações com PME; este facto habilitou o Grupo a oferecer às PME toda a gama de produtos financeiros necessários para o seu desenvolvimento, num contexto económico em rápida evolução.

No exterior da União Europeia, na linha das recomendações dos Conselhos Europeus (em particular, o de Helsínquia de Dezembro de 1999 e o de Nice de Dezembro de 2000), as nossas actividades concentraram-se nos países vizinhos da União a Leste e a Sul, apoiando o processo de adesão de uns e reforçando a parceria Euro-mediterrânica com outros. Além da renovação da Linha de Crédito de Pré-adesão instaurada em 2000, o BEI decidiu reunir numa só Direcção as equipas financeiras responsáveis pelas operações na União Europeia e nos países candidatos. A aplicação dos mesmos critérios de financiamento e de selecção de projectos e dos mesmos procedimentos de financiamento contribuirá para facilitar a integração dos futuros Estados-membros.

No mercado de capitais, o BEI prosseguiu uma estratégia de captação de fundos diversificada e inovadora, própria de um dos maiores emitentes AAA não soberanos. O nosso principal objectivo consiste em optimizar o custo de obtenção de recursos, para poder propor as melhores condições possíveis de financiamento de projectos.

No que respeita ao futuro, o BEI centrará as suas actividades nas áreas em que o seu contributo para os objectivos de política geral da União Europeia, tal como definido nos seus Estatutos e nas decisões do Conselho Europeu, tem maior valor acrescentado. Isto implica que terá de rever os seus procedimentos internos, de reorientar os financiamentos e de adoptar uma maior transparência.

Philippe Maystadt
Presidente do Banco e do Conselho de Administração

Âmbito de acção e perspectiva geral de 2000

O enquadramento geral das **actividades** em 2000 foi marcado pela constituição do Grupo BEI e pelas orientações formuladas pelos Conselhos Europeus de Helsínquia (Dezembro de 1999) e de Lisboa (Março de 2000), que sublinharam a preparação do alargamento e o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e da inovação.

Em Junho de 2000, os Governadores aprovaram a reforma do Fundo Europeu de Investimento (FEI), na sequência da qual esta instituição passou a ser o órgão do Grupo BEI especializado nas operações de capital de risco e na prestação de garantias a PME. Actualmente, o âmbito de intervenção do FEI é a União, mas as operações serão progressivamente alargadas aos países candidatos, a fim de promover o desenvolvimento do capital de risco e a emergência de empresas de alta tecnologia nestes países.

Para responder aos convites dos Conselhos Europeus, o Grupo BEI tomou um certo número de iniciativas que visam reforçar a sua capacidade de responder eficazmente às necessidades da economia europeia e dos países candidatos à adesão.

- A adaptação das estruturas permitiu adoptar procedimentos e práticas operacionais unificadas em matéria de financiamentos e de selecção de projectos, tanto na União, como no exterior desta. Esta reforma visa essencialmente acelerar a transferência do acervo comunitário para os países candidatos, um dos objectivos principais do BEI no contexto da preparação para o alargamento da União.

  As actividades nos países da Europa Central candidatos à adesão registaram um grande surto (2 900 milhões, ou seja, + 24%), inscrevendo-se mais de metade no instrumento de pré-adesão implementado por conta e risco do Banco.

- Desde o Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000), o Grupo BEI tem-se empenhado na concretização de um novo programa destinado a apoiar os investimentos de que a Europa necessita para se transformar numa sociedade baseada no conhecimento e na inovação. Este programa, baptizado com o nome de «Iniciativa Inovação 2000», é complementar às actividades tradicionais do BEI e centra uma parte substancial dos financiamentos em cinco áreas prioritárias: promoção do capital humano (formação), investigação e desenvolvimento, novas redes baseadas nas tecnologias da informação e da comunicação, difusão da inovação e desenvolvimento do espírito empresarial das PME inovadoras.

Salvo indicação em contrário, os montantes na presente brochura são expressos em milhões de euros.

O programa prevê a concessão de 12 a 15 mil milhões durante os próximos três anos. Neste mesmo contexto, o Conselho de Governadores decidiu também duplicar o pacote que o Grupo BEI afecta às operações de capital de risco, elevando-o para 2 000 milhões.

- O Grupo BEI prestou também uma atenção especial ao financiamento de projectos com impacto positivo no ambiente. Verificou-se um crescimento acentuado dos financiamentos neste domínio, tendo a Direcção de Projectos dado um relevo muito especial à metodologia de avaliação da vertente ambiental dos projectos e à definição de uma estratégia destinada a apoiar os compromissos da União em matéria de prevenção das alterações climáticas.
- O Banco alargou o leque dos seus produtos financeiros e desenvolveu uma gama de financiamentos estruturados que lhe permitirão sintonizar-se com as características específicas de certos projectos, especialmente nos domínios das infra-estruturas de transportes e de telecomunicações.

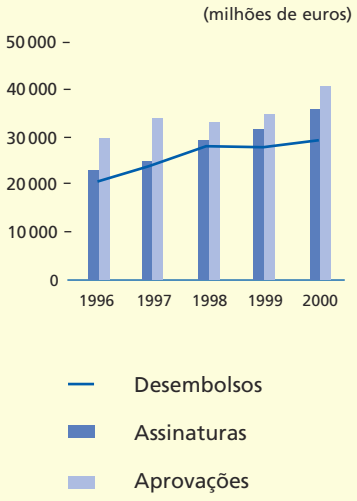
O volume total de **empréstimos assinados** ascendeu a 36 000 milhões (31 800 milhões em 1999, ou seja, + 13%). Os empréstimos assinados na União Europeia cifraram-se em 30 600 milhões, o que representa um aumento de 10%. Os empréstimos individuais em favor do desenvolvimento regional representaram 73% do total.

Os **desembolsos** ascenderam a 30 200 milhões (dos quais 26 800 milhões na União Europeia), sendo 58% efectuados em euros.

A apreciação pelos serviços do Banco de cerca de 310 projectos de investimento no ano 2000 traduziu-se num volume de **aprovações** de 40 900 milhões (em comparação com 35 100 milhões em 1999, ou seja, + 17%).

Em finais de 2000, os **empréstimos concedidos** a cargo de recursos próprios e as garantias **em curso** cifravam-se em 199 000 milhões. Os **empréstimos contraídos** em curso ascendiam a 159 900 milhões e o total do balanço, que registou um acréscimo de 9%, cifrava-se em 219 200 milhões.
Os **fundos** captados, após *swap*, cifraram-se em 29 000 milhões, tendo sido obtidos por meio de 136 operações, efectuadas em 11 moedas. 94% da actividade nos mercados, após *swaps*, foi realizada em EUR, GBP e USD.

Desembolsos, contratos assinados e projectos aprovados (1996 - 2000)



Numa brochura separada, disponível em inglês, francês e alemão, apresenta-se o conjunto das estatísticas da actividade relativa ao ano 2000 e ao período 1996 - 2000, assim como a lista dos projectos financiados durante o ano. Estes dados também são apresentados no CD-Rom incluído na presente brochura e no *site* Internet do BEI: www.bei.org

«Actividades do Grupo BEI em 2000»

Plano de Actividades do Banco (PAB) para 2001 - 2003

O primeiro Plano de Actividades do Banco (PAB) foi elaborado na sequência da adopção do Enquadramento Estratégico pelo Conselho de Governadores de Junho de 1998. O PAB é um instrumento que permite definir uma política a médio prazo e fixar as prioridades operacionais relacionadas com as missões que os Governadores cometeram ao Banco. É também um instrumento de apreciação ex-post *das actividades do BEI. Cobre um período de três anos, mas as perspectivas estratégicas podem ser modificadas durante esse período, em função de novos mandatos e da evolução do contexto económico. O PAB adoptado em Dezembro de 2000 abrange o período de 2001 a 2003.*

Foram definidas cinco prioridades em matéria de empréstimos:

- promoção da coesão económica e social e do desenvolvimento regional; neste contexto, o Banco procurará reforçar a colaboração com a Comissão;
- implementação da «Iniciativa Inovação 2000», que tem como objectivo promover o investimento numa sociedade baseada no conhecimento e na inovação;
- preparação para a adesão dos países candidatos;
- apoio à política da União em matéria de desenvolvimento e de cooperação com os países parceiros;
- promoção da protecção do ambiente e de um desenvolvimento duradouro, nomeadamente, através da participação na implementação dos objectivos constantes do protocolo de Quioto.

O BEI continuará também a alargar e a modernizar a gama dos seus instrumentos de financiamento, para acompanhar a evolução do mercado e adaptar-se às necessidades dos seus clientes, e prosseguirá a revisão da política de indexação dos seus empréstimos.

Nos próximos anos, o BEI continuará a pautar a sua acção pelo valor acrescentado das intervenções do Grupo BEI (no cumprimento da missão que lhe foi cometida no âmbito da União), mais do que pelo aumento do volume de negócios.

Vista interior da sede do BEI no Luxemburgo

Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União

Nos termos do Tratado de Roma, a missão principal do Banco consiste em contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União, objectivo que foi reiterado pelo Tratado de Amesterdão de Junho de 1997. Nesta conformidade, em média, mais de dois terços dos empréstimos individuais do Banco destinam-se ao financiamento de uma vasta gama de investimentos situados nas regiões mais atrasadas, ou que se debatem com dificuldades estruturais.

Desenvolvendo a sua acção em estreita sinergia com os fundos estruturais comunitários, o Banco complementa as subvenções orçamentais, favorecendo deste modo uma distribuição óptima dos recursos. Esta cooperação tenderá a reforçar-se com a implementação da Agenda 2000, que define o enquadramento das políticas estruturais e de coesão da União para o período de 2000 a 2006.

73% dos empréstimos individuais para o desenvolvimento regional

No decurso do ano 2000, o BEI concedeu, em estreita sinergia com os fundos estruturais da União, empréstimos individuais no montante de **13 700 milhões** (que representam 73% do total de **empréstimos individuais** na União) para projectos situados nas regiões menos desenvolvidas, ou que enfrentam problemas estruturais.

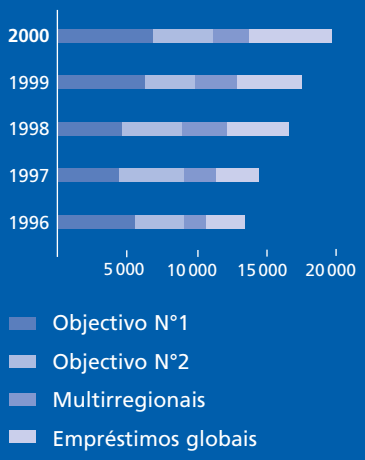
Se considerarmos o impacto dos empréstimos globais destinados a projectos de pequenas dimensões nas zonas assistidas, a verba canalizada pelo Banco para o desenvolvimento regional elevou-se a 20 000 milhões.

Entre os objectivos prioritários nas zonas desfavorecidas, destacam-se o desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação, necessárias à criação e ao desenvolvimento de actividades, e o financiamento de projectos que contribuem para a protecção do ambiente.

No domínio da melhoria da qualidade de vida, foram concedidos 2 800 milhões, que se destinaram a projectos que contribuíam para a protecção do ambiente natural, à revitalização urbana e ao desenvolvimento dos transportes colectivos, assim como à construção ou modernização de infra-estruturas sanitárias.

Paralelamente, foram concedidos 8 800 milhões para o financiamento de infra-estruturas de transportes, telecomunicações e energia, sobretudo em Espanha,

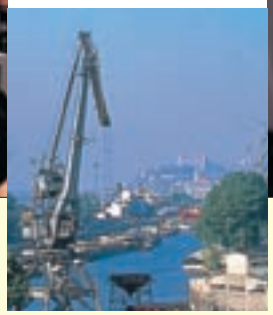
Desenvolvimento regional
94 000 milhões



Desenvolvimento regional
Distribuição sectorial dos empréstimos individuais
(2000)

(milhões de euros)

	Total	
	montante	%
Energia	2 216	16
Comunicações	6 613	48
Gestão da água e diversos	1 096	8
Obras urbanas	644	5
Indústria e serviços	2 109	16
Educação e saúde	1 031	8
Total empréstimos individuais	**13 709**	**100**
Empréstimos globais	6 000	



Fórum BEI: desenvolvimento regional – – Melhor utilização dos recursos financeiros

O sexto Fórum do BEI reuniu a 19 e 20 de Outubro de 2000 cerca de 350 especialistas dos meios governamentais e políticos, das instituições europeias e da administração, da indústria e da banca, que debateram os factores de sucesso e de fracasso subjacentes aos diferentes desempenhos das regiões da União.

No discurso de abertura, Philippe Maystadt, Presidente do BEI, sublinhou que a Agenda 2000, que fixa o enquadramento financeiro do orçamento da União Europeia até 2006, não prevê um grande aumento da despesa no contexto da política regional. Por conseguinte, só se poderão obter resultados melhores nos próximos anos se os recursos financeiros disponíveis forem aplicados de uma forma mais eficaz.

Os debates centraram-se na necessidade de uma coordenação eficaz entre todos os principais intervenientes nas regiões, nomeadamente, entre as próprias regiões e os governos centrais respectivos, e com a Comissão Europeia. Foi igualmente evidenciada a necessidade de uma cooperação estreita entre a Comissão e o BEI, condição *sine qua non* de uma eficaz aplicação da ajuda regional. Só a constante procura de uma convergência de esforços entre as instituições da União, as estruturas nacionais e locais e os operadores no terreno, permitirá enfrentar com êxito os desafios colocados pela nova sociedade da informação, e sobretudo, pelo alargamento da União Europeia, que acentuará de uma forma sem precedentes as disparidades regionais no seio da União.

O convidado de honra foi Günter Grass, Prémio Nobel da Literatura de 1999, que evocou a imagem de um Banco que tivesse também objectivos sociais e que investisse nas áreas mais carenciadas: «Na Europa actual, em que o fosso entre ricos e pobres é enorme, não faltam oportunidades para apoiar as regiões subdesenvolvidas».

A encerrar o Fórum, Wolfgang Roth, Vice-Presidente do BEI, resumiu da seguinte forma os trabalhos: «Coordenação, a palavra-chave». Efectivamente, os pilares do sucesso de qualquer projecto são uma visão clara, a mobilização de todos os recursos para uma estratégia que vise transformar essa visão em realidade e por último, a coordenação da acção de todas as partes intervenientes: «O êxito de qualquer política passa inevitavelmente pela escolha de um objectivo claro e de uma organização eficaz, e o mesmo se aplica à política regional, que tem de ser organizada».

No que respeita mais especificamente à Europa Central e Oriental, não se deve esperar que a política regional da União Europeia, que se traduz actualmente num nível elevado de assistência, possa aplicar-se de forma idêntica nos países candidatos. Há, portanto, que fazer um melhor uso dos recursos financeiros, o que significa que o BEI, a instituição financeira da União Europeia, terá de desempenhar um papel mais importante na promoção do desenvolvimento de todas as regiões desfavorecidas da União.

Wolfgang Roth, Vice-Presidente do BEI

O resumo das intervenções dos oradores no Fórum BEI 2000 é apresentado no «BEI-Informações» N° 106, publicado em Dezembro de 2000 e fornecido, a pedido, pelo Departamento de Informação e Comunicação do BEI (e-mail: info@bei-org).

na Grécia, na Itália e em Portugal, assim como no Reino Unido.

Por último, cerca de 2 100 milhões destinaram-se a promover o dinamismo económico, através da ampliação, modernização ou implantação de empresas industriais.

Estes projectos tinham como grande objectivo reforçar a competitividade internacional da indústria europeia nos sectores automóvel, do equipamento eléctrico e electrónico, da metalurgia, do papel e da borracha.

Efectivamente, é necessário financiar o ajustamento do tecido industrial, reforçar a sua competitividade e contribuir para o desenvolvimento de empresas eficientes, capazes de fazer face à concorrência internacional e de criar empregos.

50% do apoio ao desenvolvimento regional para as regiões abrangidas pelo Objectivo Nº 1

Em 2000, foram canalizados empréstimos individuais no valor de 6 875 milhões para as regiões menos desenvolvidas, abrangidas pelo Objectivo Nº 1. Os *Länder* orientais da Alemanha receberam 1 101 milhões, os países da coesão (Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia), 4 081 milhões e o Mezzogiorno italiano, 955 milhões.

60% das verbas destinaram-se a infra-estruturas de comunicação e a redes de telecomunicações e de distribuição de energia, contribuindo para atenuar os efeitos do afastamento geográfico destas regiões. 13% apoiaram a melhoria do ambiente natural e urbano, e 16% destinaram-se à indústria. 11% dos empréstimos individuais foram canalizados para projectos nos sectores da educação e da saúde.

Acelerar o ajustamento económico

Os empréstimos individuais concedidos nas regiões com problemas estruturais de reconversão económica e social (Objectivo Nº 2) cifraram-se em 5 247 milhões. Nestas zonas, os principais domínios financiados foram as infra-estruturas de transportes (35%) e a protecção do ambiente natural e urbano (16%). A indústria e os serviços beneficiaram de 18% das verbas, e a educação e a saúde, de 7%.

De assinalar que 80% dos projectos financiados nestes domínios situavam-se em zonas de desenvolvimento regional, contribuindo portanto para o alinhamento destas regiões com as zonas mais favorecidas da União.

Apoiar o financiamento de redes

No domínio das telecomunicações, o Banco concedeu 1 585 milhões, que apoiaram o financiamento de infra-estruturas que abrangiam diversas regiões assistidas ou todo o território de um país.

Estreita sinergia com a Comissão

Para estreitar ainda mais as relações operacionais com a Comissão, o BEI celebrou acordos de cooperação e acordos-quadro, que permitirão reforçar o seu contributo para a avaliação de projectos que beneficiam de subvenções, e melhor coordenar a acção do Grupo com a da Comissão.

Além disso, o Banco contribuiu também para a programação das acções estruturais para o período de 2000 a 2006 e participa, a pedido das restantes partes, na aplicação do novo instrumento financeiro do EEE.

«Iniciativa Inovação 2000»

Para apoiar as linhas de orientação traçadas pelos Chefes de Estado e de Governo em Lisboa, a 23 e 24 de Março de 2000, com vista a edificar uma economia europeia fundada no conhecimento e na inovação, o Grupo BEI lançou a «Iniciativa Inovação 2000».

Durante os próximos três anos, o apoio do Grupo BEI à estratégia de Lisboa assumirá a forma de um programa específico de empréstimos a médio e a longo prazo, dotado de 12 a 15 mil milhões de euros.

Mais do que um aumento do volume de financiamentos, a «Iniciativa Inovação 2000» significará uma reorientação qualitativa das actividades do Grupo BEI para sectores com grande valor acrescentado tecnológico e com um futuro prometedor.

Apresentação da «i2i»

Este programa, que tem uma duração de três anos, articula-se em torno de cinco objectivos:

- **Desenvolvimento das PME e do espírito empresarial**, especialmente através do reforço de actividades de capital de risco que favoreçam o desenvolvimento das PME inovadoras na União. Esta actividade é implementada pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI), o veículo do Grupo BEI especializado no capital de risco;
- **Difusão da inovação**, através do financiamento de investimentos de todas as dimensões, realizados por colectividades públicas, ou por empresas, com vista a favorecer a difusão e a utilização da inovação, e desenvolvimento das competências necessárias para a adopção de novas tecnologias;
- **Investigação e desenvolvimento**, através do apoio a programas de investigação públicos ou privados, especialmente os que associem empresas e organismos públicos, e a promoção de infra-estruturas de investigação, centros de excelência ou estruturas que facilitem o acesso das PME a programas de investigação;
- **Redes de tecnologias da informação e da comunicação**, mediante financiamento de redes transeuropeias de banda larga e multimédia, assim como de infra-estruturas reais ou virtuais que permitam o acesso local a essas redes, em particular nas regiões menos favorecidas da União;
- **Enriquecimento do capital humano**, por meio da modernização e da informatização das escolas, liceus e universidades, e do financiamento de centros de formação em tecnologias de informação.

Primeiros resultados

Desde o lançamento da «Iniciativa Inovação 2000», o BEI já aprovou projectos de modernização de universidades e de estabelecimentos escolares, de desenvolvimento das telecomunicações e das redes de Internet, de equipamento audiovisual e de investigação e desenvolvimento no sector farmacêutico.

O montante dos contratos assinados em 2000 cifrou-se 1 600 milhões, distribuindo-se por onze países da União, e destinando-se: 214 milhões a capital de risco, 448 milhões à educação e 965 milhões às telecomunicações e à televisão.

A «i2i» no sector audiovisual

A 19 de dezembro de 2000, Viviane Reding, Comissária Europeia encarregada da Cultura e do sector audiovisual, e Philippe Maystadt, Presidente do Grupo BEI, apresentaram em Bruxelas uma nova estratégia de cooperação entre a Comissão, o BEI e o FEI no domínio audiovisual. Esta nova vertente das actividades do Grupo BEI integra-se no enquadramento da i2i.

Foram apresentadas quatro linhas de acção concretas:

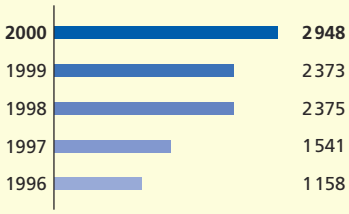
- Disponibilização de linhas de crédito (ou «empréstimos globais») do BEI ao sector bancário especializado no domínio audiovisual para o financiamento de pequenas e médias empresas (PME) de criação audiovisual, de tecnologias audiovisuais, ou que trabalhem em regime de subcontratação neste sector. Alguns destes empréstimos globais poderão complementar os instrumentos públicos de apoio à criação audiovisual, enquanto outros podem prever a partilha do risco e beneficiar de estruturas externas de garantia, facultadas sobretudo pelo FEI.
- Concessão de financiamentos a médio e longo prazo pelo BEI, em colaboração com o sector bancário, a grandes grupos privados ou públicos de televisão, de produção ou de distribuição no sector audiovisual, para os seus investimentos em infra-estruturas (estúdios, instalações digitais, estações de emissão, etc.), ou na criação (produção de séries de filmes, distribuição de obras ou de catálogos, etc.).
- Financiamento de fundos de capital de risco especializados no sector audiovisual, através de tomadas de participação do FEI. Actuando como um fundo de fundos, o FEI intervirá deste modo num domínio sectorial muito especializado, em que a carência de recursos financeiros e de operadores pan-europeus dificulta a criação de um mercado de capital de risco eficaz. Já foram instauradas ou estão em vias de o serem várias operações, que se relacionam sobretudo com a criação de fundos especializados «TIME» (Telecom - Internet - Media - Entertainment).
- Acções conjuntas do Grupo BEI e da Comissão Europeia em favor do desenvolvimento da indústria audiovisual, especialmente nos domínios cinematográfico ou televisivo, e da formação de agentes económicos do sector; as acções visarão garantir uma melhor complementaridade entre os recursos bancários do Grupo e as subvenções comunitárias do programa Media Plus, um programa quinquenal com uma dotação orçamental de 400 milhões de euros.

Preparação dos países candidatos à adesão

Desde 1990, o BEI já concedeu nos países candidatos mais de 14 000 milhões, dos quais 2 900 milhões em 2000. Esta acção, que é conduzida na perspectiva da transferência do acervo comunitário, tem por fim contribuir para o alinhamento das economias destes países com a média da União, etapa preliminar à fase de adesão.

Estes financiamentos são concedidos, em parte, no âmbito de um mandato da União, válido até 2007, que tem uma dotação de 8 700 milhões e cobre a Europa Central e Oriental, e em parte, no contexto da linha de crédito de pré-adesão de 8 500 milhões, implementada por iniciativa e por conta e risco do Banco, até 2003.

Países candidatos à adesão 1996 - 2000 : 10 000 milhões



Em 2000, os empréstimos nos países candidatos à adesão (todos situados na Europa Central) ascenderam a 2 948 milhões, dos quais 1 618 milhões concedidos no âmbito do instrumento de pré-adesão.

As comunicações: principal prioridade

A existência de uma rede de comunicações eficaz e conforme com as normas comunitárias constitui uma condição essencial para o desenvolvimento económico e a integração com sucesso dos países candidatos. Nesta conformidade, a principal prioridade do BEI consiste em financiar as ligações ferroviárias e rodoviárias, portos e aeroportos, e o controlo aéreo, assim como as redes de telecomunicações.

Em 2000, os financiamentos para as infra-estruturas de comunicação cifraram-se em 1 500 milhões, destinando-se especificamente a redes ferroviárias, à reabilitação da rede rodoviária existente e ao desenvolvimento de novos eixos de auto-estradas, aos transportes marítimos e aéreos e às telecomunicações.

Apoio crescente ao ambiente natural e urbano

O Banco tem dado uma atenção crescente a projectos que contribuem para a melhoria do ambiente natural e urbano, tendo os empréstimos neste domínio atingido os 496 milhões, que se destinaram a programas de gestão da água e dos resíduos, à modernização das linhas de metropolitano e de carros eléctricos e à criação de infra-estruturas compósitas urbanas.

O Banco também concedeu 250 milhões na Roménia, para as infra-estruturas de base danificadas pelas inundações, e contribuiu com uma doação de 500 000 euros para as operações de socorro nas zonas sinistradas.

Apoio ao sector industrial

O Banco também apoia o sector industrial nos países candidatos, essencialmente através de empréstimos globais concedidos a instituições financeiras parceiras, a estabelecimentos bancários da União implantados na região, ou a estabelecimentos nacionais.

Países candidatos à adesão Empréstimos concedidos em 2000

	(milhões de euros)
Polónia	941
Roménia	853
República Checa	385
República Eslovaca	242
Hungria	240
Bulgária	160
Eslovénia	65
Estónia	42
Letónia	10
Lituânia	10
Países candidatos *	**2948**

* dos quais instrumento de pré-adesão: 1618 milhões

Uma acção de fundo para preparar o alargamento

Os financiamentos concedidos nos dez países da Europa Central candidatos à adesão e em Chipre e Malta cifraram-se em 14 200 milhões, dos quais 4 500 milhões no âmbito da linha de crédito suplementar de pré-adesão, instaurada no início de 1998. O Banco tornou-se rapidamente a principal fonte de financiamento internacional para projectos na Europa Central.

Uma acção especial em favor de projectos de comunicações

Os transportes constituíram o principal sector da actividade do Banco, na medida em que representaram 47% do total dos empréstimos, destinando-se 1 700 milhões aos caminhos-de-ferro e 700 milhões aos transportes urbanos. O sector das telecomunicações foi também um grande beneficiário dos empréstimos do Banco, com um montante de 2 000 milhões.

Estas infra-estruturas de comunicação reforçam as ligações com a União e constituem as bases do desenvolvimento e da integração económica.

Ambiente: uma prioridade crescente

Inúmeros projectos nos sectores dos transportes e da energia contribuem para a melhoria do ambiente natural e urbano. O Banco financiou sobretudo grandes projectos no domínio dos transportes públicos, tais como o metropolitano de Budapeste e de Praga, e linhas de carros eléctricos em Cracóvia, Timisoara e Bucareste.

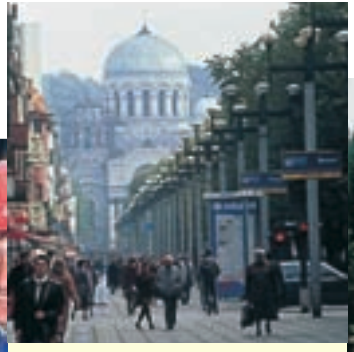
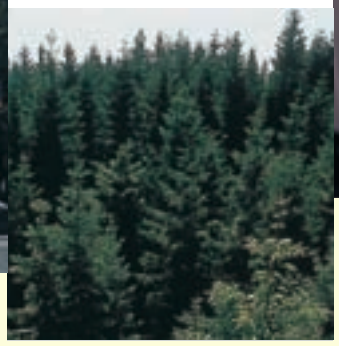
Paralelamente, também financiou diversos projectos de infra-estruturas municipais, contribuindo para a reabilitação de condições ambientais degradadas, especialmente no sector da água, do saneamento e da gestão da energia.

Crescente sinergia dos instrumentos comunitários

A cooperação entre o Banco e a Comissão contribuiu para explorar da melhor maneira as sinergias dos instrumentos financeiros da União e optimizar o impacto destes. Os serviços do Banco e da Comissão têm colaborado estreitamente na elaboração e no financiamento de um número apreciável de projectos em todos os sectores em que o Banco pode intervir. Além disso, sempre que seja benéfico para o projecto, o BEI associa-se a outras instituições multilaterais de financiamento com actividades na região, em particular, ao Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) e ao Banco Mundial.

Desenvolvimento dos mercados de capitais na Europa Central

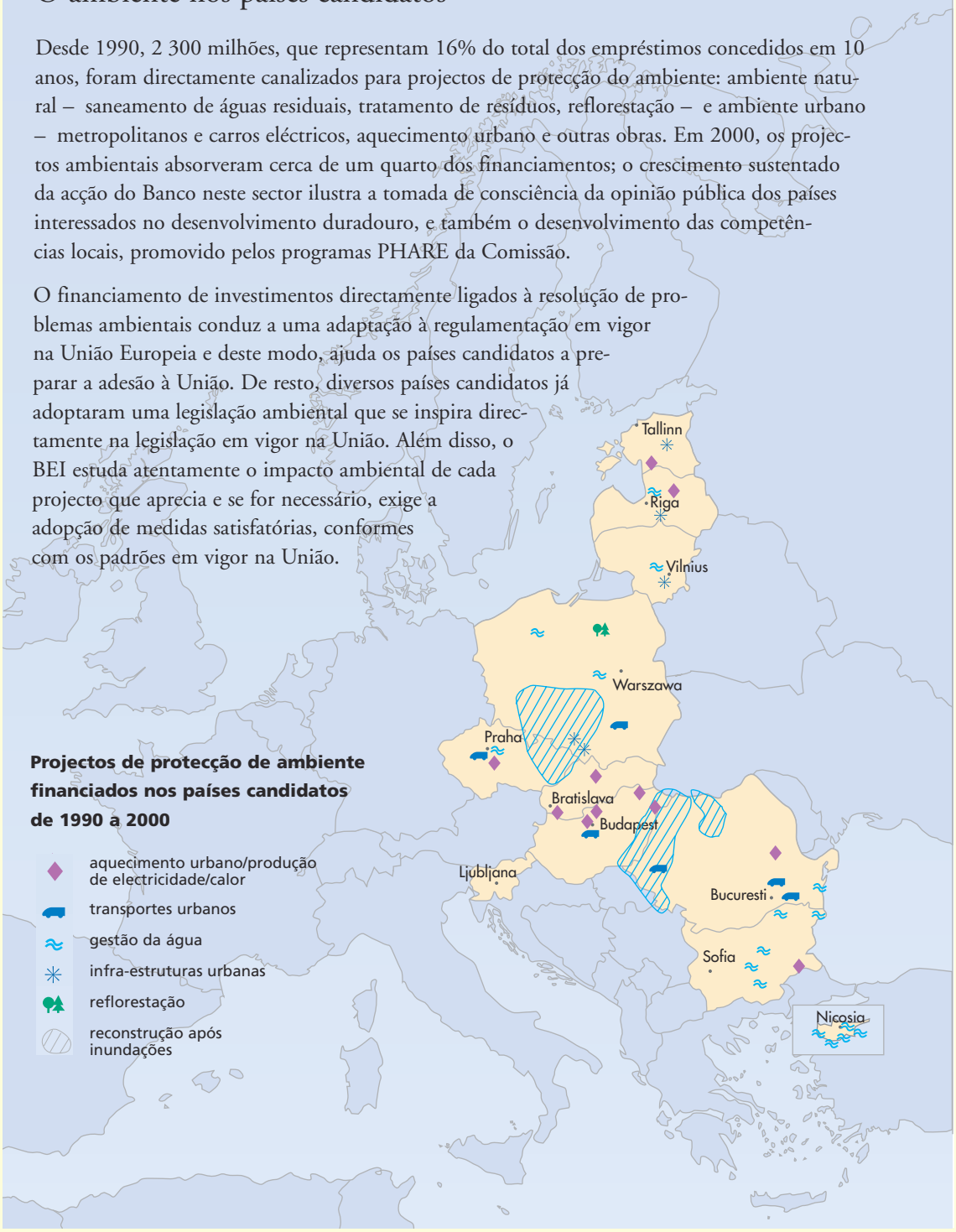
A partir de 1996, o BEI começou a captar fundos nas divisas dos países da Europa Central e Oriental. Marcou assim presença no euromercado, por meio de emissões obrigacionistas em coroas checas e seguidamente, em coroas estonianas e eslovacas, e por meio de operações em zlotis polacos. Estas obrigações contribuíram para atrair a poupança ocidental para esta região. A partir 1997, o Banco instituiu programas-quadro de emissão nos mercados domésticos do forint húngaro e subsequentemente da coroa checa, que lhe permitiram estabelecer emissões de referência a longo prazo neste segmento do mercado, e atrair uma poupança local. De uma forma geral, sempre que a legislação nacional o permitia, o Banco pôde propor créditos nas divisas locais e suprimir os riscos cambiais para os seus mutuários.

O ambiente nos países candidatos

Desde 1990, 2 300 milhões, que representam 16% do total dos empréstimos concedidos em 10 anos, foram directamente canalizados para projectos de protecção do ambiente: ambiente natural – saneamento de águas residuais, tratamento de resíduos, reflorestação – e ambiente urbano – metropolitanos e carros eléctricos, aquecimento urbano e outras obras. Em 2000, os projectos ambientais absorveram cerca de um quarto dos financiamentos; o crescimento sustentado da acção do Banco neste sector ilustra a tomada de consciência da opinião pública dos países interessados no desenvolvimento duradouro, e também o desenvolvimento das competências locais, promovido pelos programas PHARE da Comissão.

O financiamento de investimentos directamente ligados à resolução de problemas ambientais conduz a uma adaptação à regulamentação em vigor na União Europeia e deste modo, ajuda os países candidatos a preparar a adesão à União. De resto, diversos países candidatos já adoptaram uma legislação ambiental que se inspira directamente na legislação em vigor na União. Além disso, o BEI estuda atentamente o impacto ambiental de cada projecto que aprecia e se for necessário, exige a adopção de medidas satisfatórias, conformes com os padrões em vigor na União.



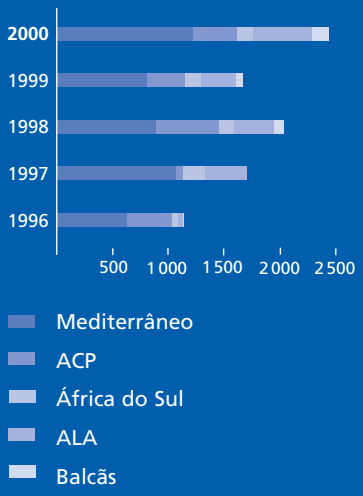
Cooperação com os países parceiros

Desde os anos sessenta, o BEI tem participado activamente nas políticas de cooperação conduzidas pela União em cerca de 150 países terceiros.

Nos países da Parceria Euromediterrânica, o BEI apoia os objectivos do «Processo de Barcelona», na perspectiva de uma zona de comércio livre entre os países interessados e a União. Também participa na acção de solidariedade da Europa para com os Países de África, das Caraíbas e do Pacífico e contribui para o Pacto de Estabilidade para o Sueste Europeu. Por último, apoia certos tipos de projectos de interesse mútuo para a União e os países da América Latina e da Ásia.

Os parâmetros da cooperação do Banco são definidos por mandatos plurianuais que a União lhe confia [1].

Países parceiros
1996 - 2000 : 9 000 milhões



Financiamentos no Mediterrâneo em 2000

(milhões de euros)

	Total	dos quais capital de risco
Turquia	575	
Tunísia	155	5
Argélia	143	3
Egipto	100	
Marrocos	83	
Síria	75	
Jordânia	70	10
Gaza/ Cisjordânia	13	3
Mediterrâneo	**1214**	**21**

Parceria Euromediterrânica

Em 2000, o BEI apoiou os objectivos da Parceria Euromediterrânica, com vista a criar uma zona de estabilidade e de prosperidade económicas, concedendo um volume de empréstimos de 1 214 milhões, dos quais 21 milhões na forma de capital de risco a cargo de recursos orçamentais da União. Deste total, 375 milhões foram canalizados para a Turquia, no âmbito do instrumento TERRA que o Banco instaurou para ajudar à reabilitação da economia turca, na sequência dos tremores de terra ocorridos em 1999.

Foi dada uma atenção particular à modernização do sector privado, incluindo as PME, ao desenvolvimento do sector financeiro e à melhoria das infra-estruturas e do ambiente.

O BEI retomou as intervenções na Síria, financiando instalações de transformação e de transporte de energia eléctrica.

A 10 de Abril de 2001, o Conselho de Administração do BEI reuniu-se no Cairo. A escolha do Egipto para a realização da reunião anual fora da sede do Banco demonstra a importância que o BEI dá a este país do ponto de vista económico e político. Francis Mayer, Vice-Presidente responsável pelas operações nos países da Parceria Euromediterrânica, reiterou, de resto, a vontade do BEI de reforçar o volume de financiamentos no Egipto, tal como em toda a Bacia Mediterrânica.

(1) Ver Quadro G «Convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou em fase de negociação a 12 de Fevereiro de 2000» da brochura anexa à presente publicação (estes dados constam do CD-Rom incluído na presente brochura e no *site* Internet do BEI: www.bei.org).

África, Caraíbas, Pacífico e PTU

Nos Estados ACP e PTU, o Banco interveio em 25 países e contribuiu para a realização de cinco projectos regionais. Foram concedidos 401 milhões, dos quais 215 milhões na forma de capital de risco, e a acção do BEI concentrou-se sobretudo no desenvolvimento do sector privado.

ACP – PTU
Empréstimos concedidos em 2000

(milhões de euros)

	Total	do qual capital de risco
África	265	171
Austral	*120*	*67*
Central e Equatorial	*37*	*26*
Ocidental	*83*	*53*
Regional África	*25*	*25*
Caraíbas	77	42
Pacífico	3	3
Conjunto dos países ACP	50	
PTU	7	
ACP-PTU	**401**	**215**

Mostrando a sua solidariedade com os países mais pobres, o BEI decidiu contribuir com 70 milhões para a redução da dívida de doze países, no âmbito da Iniciativa para a redução da dívida dos países pobres altamente endividados (PPAE).

África do Sul

Neste país, foram concedidos 140 milhões, que se destinaram às telecomunicações, à indústria e a pequenas infra-estruturas de interesse local.

Países da América Latina e da Ásia

Do volume de empréstimos assinados em 2000 (532 milhões), 400 milhões destinaram-se à América Latina e 132 milhões à Ásia.

Mais de três quartos das verbas foram canalizadas para investimentos do sector privado, apoiando *joint ventures* entre operadores e bancos europeus e parceiros dos países interessados.

América Latina e Ásia
Empréstimos concedidos em 2000

(milhões de euros)

América Latina	***400***
Brasil	205
Argentina	147
México	48
Ásia	***132***
Indonésia	70
Bangladesh	36
Tailândia	26
AMÉRICA LATINA E ÁSIA	**532**

Balcãs

O BEI contribuiu para o Pacto de Estabilidade para o Sueste Europeu concedendo um total de 154 milhões nesta região. Participou no financiamento da construção de uma ponte sobre o Danúbio, que liga a Bulgária à Roménia, da reabilitação das redes de transporte de electricidade na Bósnia-Herzegovina e na beneficiação do principal corredor norte-sul na Albânia.

Globalmente, dos catorze projectos incluídos no programa de acção rápida, já foram financiados cinco, no valor total de 548 milhões.

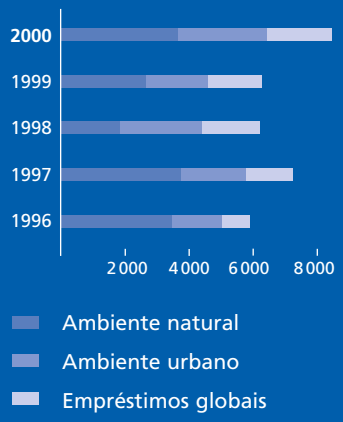
Proteger o ambiente natural e urbano

A acção do Banco em matéria de ambiente inclui a protecção do ambiente natural – gestão da água, tratamento de resíduos, redução da poluição atmosférica, desenvolvimento de processos industriais não poluentes, protecção dos solos – e também a melhoria do ambiente urbano – redes de transporte colectivo em corredores especiais e renovação urbana, incluindo a reabilitação e a reconstrução de habitações sociais.

O BEI contribui muito concretamente para as políticas ambientais da União, não só financiando projectos específicos de protecção do ambiente, mas também incluindo sistematicamente parâmetros ambientais na instrução de todos os projectos que aprecia. Assim, todos os seus empréstimos são concedidos sob condição de que sejam respeitadas as normas ambientais em vigor e implementadas as medidas de protecção do ambiente mais adequadas.

Desde 1996, os empréstimos do BEI em favor do ambiente têm representado cerca de 25% do total concedido na União. Em 2000, registou-se um surto das actividades, e o sector do ambiente absorveu 34% dos empréstimos individuais concedidos na União. Além disso, o Banco deu uma importância especial aos projectos ambientais nos países candidatos.

Ambiente natural e urbano 1996 - 2000 : 34 milhões



Ambiente natural e urbano (2000)

(milhões de euros)

	Total
Ambiente natural	**3620**
Protecção e gestão da água	1575
Gestão de resíduos	771
Combate à poluição atmosférica	1274
Obras urbanas	**2801**
Transportes urbanos e suburbanos	1389
Renovação urbana	1412
Total empréstimos individuais	**6422**
Empréstimos globais	2000

Em 2000, os empréstimos individuais em favor da protecção do ambiente registaram um surto em relação a 1999 (+ 40%), cifrando-se em 6 400 milhões. Dado que o Banco concedeu também cerca de 2 000 milhões no âmbito de empréstimos globais para projectos de tratamento de água e para infra-estruturas urbanas, especialmente na Alemanha, o total concedido em 2000 para o ambiente ultrapassou os 8 400 milhões.

56% para o ambiente natural

Os empréstimos individuais para a protecção do meio natural cifraram-se em 3 600 milhões, destinando-se ao tratamento de águas residuais e ao abastecimento de água potável, ao tratamento de resíduos de origem urbana, aliado em geral à produção de calor e electricidade, e à redução das emissões industriais tóxicas.

Apoio contínuo ao ordenamento e aos transportes urbanos

A melhoria da qualidade de vida urbana passa antes do mais pela redução dos problemas devidos ao tráfego. Assim sendo, o Banco tem-se empenhado desde há muitos anos no desenvolvimento dos transportes urbanos em corredores especiais; em 2000, financiou projectos de carros eléctricos, metropolitanos e caminhos-de-ferro urbanos numa dezena de aglomerações, e contribuiu para a construção de variantes rodoviárias e de túneis destinados a facilitar o escoamento do trânsito do centro das cidades.

O BEI também apoiou diversas obras de renovação urbana, assim como a reabilitação de habitações sociais em zonas desfavorecidas do Reino Unido.

Ambiente nos países candidatos

Nos países candidatos, o Banco financiou especialmente projectos que contribuíam para a melhoria do ambiente – – abastecimento de água, tratamento de águas residuais e tratamento de resíduos municipais, transportes e renovação urbana.

Em 2000, cerca de um quarto dos financiamentos nestes países foi canalizado para projectos ambientais.

A acção do BEI no domínio da prevenção das alterações climáticas

O Plano de Actividades do Banco estabelece como prioridades a protecção e a melhoria do ambiente, assim como o apoio dos compromissos da União no que toca à prevenção das alterações climáticas («Estratégia de Quioto»).

Nesta conformidade, o BEI financia regularmente projectos de promoção de energias renováveis, de economias de energia, de produção combinada de calor e electricidade, de tratamento de resíduos sólidos e de transportes públicos.

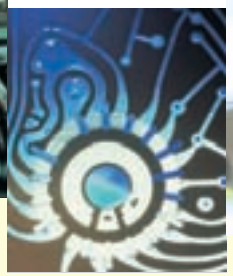
Nos anos de 1997 a 2000, o Banco concedeu 800 milhões (dos quais 535 milhões na União) para projectos de energias renováveis, centrais hidroeléctricas, eólicas e geotérmicas, e biomassas (excluindo o tratamento de resíduos). Os projectos de transportes públicos – caminhos-de-ferro urbanos e interurbanos, metropolitanos e carros eléctricos – absorveram 10 900 milhões (dos quais 9 600 milhões na União).

Lembramos que o objectivo fixado na Cimeira do Rio de 1992 consistia em manter as emissões de gases com efeito de estufa nos níveis de 1990. Em 1997, esta medida foi reforçada pela assinatura do Protocolo de Quioto, que preconizava que os países mais industrializados reduzissem as respectivas emissões para 5% abaixo dos níveis de 1990, até 2008 - 2012.

O Banco apoiará activamente a política da União de prevenção das alterações climáticas, conduzindo a sua acção em estreita colaboração com a Comissão Europeia, os Estados-membros, o sector financeiro e as restantes instituições multilaterais.

Para o efeito, prevê reforçar a sua acção em dois sectores principais: as economias de energia – sistemas de transportes colectivos, cogeração de calor e de electricidade – e a substituição das fontes energéticas – promoção da produção de energia com menor consumo de combustíveis fósseis e substituição destes por fontes de energia renovável.

Estes financiamentos poderão tomar a forma de empréstimos individuais e de créditos no âmbito de empréstimos globais. Além disso, o Banco propõe-se desenvolver plenamente as sinergias entre os seus empréstimos ambientais e os integrados na «Iniciativa Inovação 2000», sobretudo através do financiamento de projectos inovadores de investigação e desenvolvimento em domínios com impacto positivo no ambiente, assim como de investimentos decorrentes da aplicação industrial dessa I&D.



O Grupo BEI e as PME

Contribuir para o desenvolvimento das PME, melhorando a respectiva situação financeira, constitui uma das prioridades do BEI há mais de 30 anos. Efectivamente, as PME representam 98% do conjunto das empresas privadas na Europa e contribuem de forma significativa para a actividade económica e a criação de empregos, desempenhando também actualmente um papel fundamental na introdução das tecnologias de ponta.

Com a grande diversidade de produtos que pode propor, desde os empréstimos a médio e a longo prazo, ao capital de risco e às garantias, o Grupo BEI pode contribuir para o desenvolvimento das PME e para o respectivo ajustamento à evolução da economia europeia.

Constituição do Grupo BEI

Em Junho de 2000, na sequência das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, o Conselho de Governadores autorizou a constituição do Grupo BEI. O FEI tornou-se uma filial do BEI (o qual detém mais de 60% do respectivo capital), embora mantenha o carácter tripartido dos seus accionistas, que são o BEI, a Comissão e bancos comerciais.

Neste enquadramento, o FEI realizará todas as operações de capital de risco do Grupo recém constituído e continuará a implementar uma vasta gama de instrumentos de garantia em favor das PME. Este novo relacionamento entre o BEI e o FEI permitirá realizar operações em domínios altamente especializados e reforçará o efeito catalisador da acção do Grupo no seio da comunidade bancária e financeira europeia, no que toca às PME.

Esta reforma conduziu à transferência da carteira de operações de capital de risco assinadas pelo BEI entre 1997 e 2000, altura em que este se encarregava da respectiva implementação.

No enquadramento das sinergias do Grupo, o BEI reassumiu certas funções administrativas, para permitir que o FEI se dedique às operações.

Por outro lado, os Governadores autorizaram o Banco a disponibilizar uma verba máxima de 2 000 milhões de euros dos resultados de gestão para as operações de capital de risco a concluir pelo FEI até 2003.

Financiamento das PME por meio dos empréstimos globais do BEI

Em 2000, o volume global de empréstimos globais assinados atingiu os 11 400 milhões. Estes empréstimos constituem linhas de crédito que são colocadas à disposição de bancos ou instituições financeiras. A coopera-

Empréstimos globais
1996 - 2000 : 42 000 milhões

ção com estes intermediários financeiros locais permite que as PME tenham acesso directo a parceiros geograficamente próximos, bem informados e com um conhecimento real das necessidades das empresas.

Metade dos empréstimos globais tem como beneficiário final uma PME. Em 2000, o Banco canalizou **5 700 milhões** para o desenvolvimento de cerca de 27 000 PME.

Cerca de dois terços dos montantes afectados destinaram-se a PME de dimensão reduzida, isto é, com menos de 100 empregados.

Capital de risco

O Grupo BEI tem intervindo no domínio do capital de risco desde 1997, no âmbito do seu programa especial de promoção do crescimento económico e do emprego.

O Conselho Europeu de Lisboa de 23 e 24 de Março de 2000 reforçou esta orientação, convidando o Grupo BEI a desenvolver as suas actividades em favor do reforço dos capitais próprios de PME inovadoras na União, através do FEI.

Em 2000, o BEI concedeu **450 milhões** para financiar 24 fundos de capital de risco em 10 países da União; estes tinham como objectivo tomar participações no capital de PME inovadoras de alta tecnologia e contribuir para o reforço da respectiva base financeira.

Desde 1997, o BEI assumiu compromissos de um valor superior a 1 200 milhões, em 80 operações. Paralelamente, as operações de capital de risco do FEI cifraram-se em 296 milhões. A constituição do Grupo BEI permitiu concentrar todas estas operações no FEI.

Carteira de garantias a PME do FEI

O instrumento de garantias para as PME foi criado com o intuito de facilitar o acesso ao financiamento a pequenas empresas europeias com grande potencial de criação de empregos.

O FEI dispõe também de instrumentos de garantia, essencialmente destinados a cobrir os riscos assumidos com PME por bancos ou instituições financeiras. Em finais de 2000, os 54 instrumentos geridos pelo FEI representavam uma verba total de cerca de 1 400 milhões. Tendo em conta o efeito multiplicador deste tipo de instrumento, este montante corresponde à cobertura de créditos a PME concedidos pelos intermediários em causa, de um valor superior a 5 500 milhões de euros.

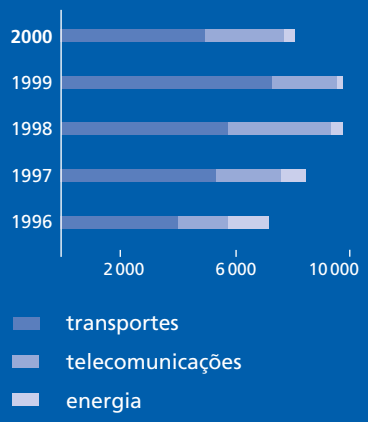
Financiar as redes transeuropeias

A existência de redes de comunicação e de transporte de energia eficazes constitui um elemento essencial da integração económica da União e da preparação para o alargamento.

Na sequência da prioridade dada pelo Conselho Europeu de Essen de Dezembro de 1994 a um certo número de redes transeuropeias de transportes, energia e telecomunicações e ao respectivo prolongamento até às regiões limítrofes da União, em particular, até aos países da Europa Central candidatos à adesão, o Banco reforçou de uma forma significativa a sua acção em favor das RTE.

O BEI é a principal fonte de financiamento bancário destas grandes redes, ocupando uma posição de destaque na realização de grandes infra-estruturas. Não só está apto a disponibilizar nas melhores condições os vultosos montantes necessários à sua realização, mas pode oferecer condições e prazos adaptados à grande dimensão dos projectos, e catalisar outras fontes de financiamento. A ilustrar este facto, o número crescente de parcerias público/privadas que o BEI promove, as quais permitem associar as vantagens específicas a cada sector para a realização destas infra-estruturas.

Redes transeuropeias
1996 - 2000 : 43 000 milhões



6 600 milhões na União

Em 2000, os financiamentos em favor das RTE no seio da União cifraram-se em 6 600 milhões, e destinaram-se a redes de transportes (4 000 milhões), de energia (400 milhões) e de telecomunicações (2 200 milhões). Mais de dois terços das verbas foram canalizadas para zonas de desenvolvimento regional, sendo a actividade particularmente sustentada na Grécia, em Espanha e em Portugal (mais de 50% do total).

No domínio dos transportes, de assinalar projectos como a ponte na parte ocidental do Golfo de Coríntia, na Grécia, uma linha de comboio de alta velocidade na Itália e a recuperação do túnel do Monte Branco.

No sector energético, os financiamentos destinaram-se à distribuição de gás natural e à interligação de redes eléctricas.

Os financiamentos no sector das telecomunicações centraram-se essencialmente em Espanha, e também na Itália e em Portugal, contribuindo para reduzir o isolamento de zonas assistidas.

1 500 milhões nos países candidatos

Nos países candidatos à adesão, muito carenciados em termos de desenvolvimento e de reabilitação das infra-estruturas de transporte, o Banco concedeu 1 500 milhões para projectos de linhas ferroviárias, estradas e auto-estradas situadas nos corredores prioritários, e também projectos portuários ou de redes de telecomunicações e de telefonia móvel.

Projectos orçados em 244 000 milhões

Desde 1993, o BEI já aprovou a concessão de 73 000 milhões em favor de redes transeuropeias, que contribuíram para a realização de projectos orçados em cerca de 244 000 milhões.

Do total de empréstimos aprovados, foram assinados contratos no valor de 51 000 milhões. Se se considerar a distribuição sectorial durante este período, os empréstimos centraram-se essencialmente nas redes de transportes, que absorveram 60% das verbas. As restantes verbas desti-

naram-se a redes de telecomunicações (30%) e de energia (10%).

Onze dos catorze projectos prioritários de transportes e sete dos dez projectos prioritários de energia já foram aprovados (incluindo o TGV-Leste e a parte neerlandesa do PBKAL em 2000).

Instrumento de Financiamento Estruturado

Para adaptar as suas modalidades de financiamento às necessidades de projectos com um perfil de risco elevado, e prosseguir as actividades de financiamento com recursos próprios ou a prestação de garantias em favor de grandes infra-estruturas, o BEI instaurou um Instrumento de Financiamento Estruturado (IFE), com uma dotação global de 750 milhões para os próximos três anos, e que deverá gerar um volume de operações entre 1 500 e 2 500 milhões. O Banco poderá assim oferecer produtos financeiros diversificados:

- empréstimos e garantias de primeira ordem, que prevêem os riscos na fase de construção e na fase inicial de exploração;
- empréstimos e garantias subordinados de categoria superior aos empréstimos subordinados dos accionistas;
- financiamentos *mezzanine*, incluindo instrumentos de financiamento de alto rendimento, emitidos por empresas industriais em fase de crescimento (inicialmente PME) ou de reestruturação;
- produtos derivados relacionados com projectos.

O IFE tem por fim contribuir com um valor acrescentado para projectos prioritários, complementando a acção da banca comercial e do mercado de capitais; destina-se sobretudo à União Europeia, mas poderá também abranger países terceiros.

Financiamentos do BEI em favor das redes transeuropeias de transportes e dos corredores rodoviários e ferroviários nos paises limítrofes de 1993 a 2000

Philippe Maystadt

Loyola De Palacio

Henning Christophersen

Konstantinos Hatzidakis

Jaromir Schling

Ewald Nowotny

Colóquio sobre o desenvolvimento das Redes Transeuropeias de transportes - Estrasburgo, 14 de Fevereiro de 2001

Numa altura em que a Comissão Europeia se debruça sobre a definição da política de transportes da União para as próximas décadas, o BEI reuniu cerca de trezentos peritos de transportes dos Estados-membros e dos países candidatos, da indústria, das finanças e da sociedade civil, para debater quais devem ser as prioridades e os eixos polarizadores dessa política na União alargada.

Os trabalhos foram conduzidos por Francis Mayer, Vice-Presidente do BEI, que sintetizou os ensinamentos retirados das trocas de pontos de vista e de *know-how*:

- O desenvolvimento das RTE de transportes continuará a ser a principal prioridade da União e do BEI, para evitar uma saturação crescente dos principais eixos europeus e preparar o alargamento da União;
- Embora continue a ser necessário investir intensamente, esse ivestimento deverá ser mais qualitativo e orientado para projectos que, para além de criarem novos eixos, permitam tirar melhor partido das ligações existentes, nomeadamente, projectos que desenvolvam o papel das ligações ferroviárias no transporte de mercadorias;
- Neste contexto, o investimento deverá também orientar-se para o desenvolvimento de sistemas inteligentes de transportes, para melhorar a logística. Os participantes congratularam-se com o facto de, com o seu programa i2i, o Banco poder também financiar actividades de investigação e desenvolvimento neste domínio crucial;
- A enorme dimensão dos investimentos a realizar continuará a exigir uma grande participação do sector privado na criação de parcerias público/privadas; dispondo de uma vasta gama de produtos financeiros, o BEI pode apoiar estas parcerias, nomeadamente no âmbito do seu recém-criado Instrumento de Financiamento Estruturado;
- Os Estados-membros, assim como os agentes económicos do sector, devem incluir a vertente ambiental no estudo e definição das políticas de investimento prioritárias, o que se poderá traduzir na aplicação futura, a nível do utilizador, de uma indexação que reflicta os custos reais do meio de transporte, incluindo os seus efeitos em termos de impacto ambiental, de salvaguarda da segurança e de consumo de energia.

Ewald Nowotny, Vice-Presidente do BEI responsável pelo pelouro das RTE, concluiu os trabalhos do colóquio sublinhando a responsabilidade do poder público. «Nem o investimento do sector privado, nem o recurso a formas inovadoras de financiamento poderão substituir o papel do sector público no que toca às RTE. Mas o empenhamento do sector privado não deixa de ser determinante para a consecução das prioridades da União neste domínio. Quanto ao BEI, este está totalmente empenhado em catalisar os recursos disponíveis para esse fim».

As intervenções dos oradores do Colóquio de 14 de Fevereiro de 2001 podem ser consultadas no *site* Internet do BEI (www.bei.org)

Investir no capital humano

Preocupado em orientar os seus financiamentos para domínios cruciais para o futuro da economia europeia, como a educação e a saúde, o BEI tem contribuído desde 1997 para o financiamento do «capital humano».

A acção do Banco, que inicialmente se orientou para o financiamento de infra-estruturas nestes sectores, diversificou-se no contexto da «Iniciativa Inovação 2000»; esta iniciativa alargou o seu âmbito de acção ao financiamento da investigação médica e científica, assim como do enriquecimento do capital humano através da informatização de escolas, liceus e universidades, e do desenvolvimento de centros de formação em tecnologias de informação.

Em 2000, os financiamentos do BEI nos sectores da educação e da saúde ascenderam a 1 200 milhões.

536 milhões destinaram-se ao sector da educação em 6 países da União, e mais especificamente, a universidades e escolas.

A saúde beneficiou de 652 milhões, que foram canalizados para laboratórios de serologia na Dinamarca e para estabelecimentos hospitalares em Espanha e na Alemanha.

Além disso, diversos estabelecimentos escolares ou hospitalares de pequenas dimensões foram financiados por meio de empréstimos globais afectados a regiões ou autarquias locais.

Mais de 80% dos financiamentos destinaram-se a zonas de desenvolvimento regional, permitindo assim que as respectivas populações tenham acesso a infra-estruturas de saúde e de educação de uma qualidade comparável à do resto da União.

O BEI e o apoio às parcerias público/privadas (PPP)

Para manter um nível elevado de investimento económico, os Estados-membros voltam-se para instrumentos de financiamento que associem os sectores público e privado, com o objectivo, não só de conter a despesa orçamental, mas também de tirar partido da associação do *know-how* específico a cada sector. A experiência do Banco na criação deste tipo de parceria já está consolidada.

Há muitos anos que o BEI dá um apoio muito significativo às parcerias público/privadas para a realização de projectos de infra-estruturas de transportes. Entre os projectos mais significativos, destacam-se o aeroporto de Atenas, a ligação de alta velocidade Londres - Túnel da Mancha, a ligação do Öresund, entre a Dinamarca e a Suécia, o túnel sob o Elba em Hamburgo e diversos lanços de auto-estrada no Reino Unido e em Portugal.

O BEI dá também grande prioridade ao financiamento de parcerias público/privadas no domínio das infra-estruturas sociais, tendo contribuído para a reabilitação e modernização de escolas em Falkirk e Glasgow, Liverpool, Sheffield e Kirklees no Reino Unido, e para a modernização e renovação de hospitais em Jena, Nordhausen e Eisenberg, e a ampliação de uma escola de engenharia na Alemanha.

Uma presença diversificada no mercado de capitais

Apoiando-se na sua posição de emitente de referência internacional não governamental AAA, o Banco captou **29 000 milhões**, num contexto de grande volatilidade do mercado, orientando a sua política de emissões para os seguintes objectivos: **reforço da liquidez** das obrigações e **redução do custo de financiamento**. Para esse efeito, o BEI procura harmonizar os seus **grandes princípios estratégicos** com a crescente globalização dos mercados de capitais, e alinhar os seus dispositivos de controlo e de gestão dos riscos com as melhores práticas bancárias. A missão que lhe foi cometida de **desenvolver os mercados da UE**, e em particular o do **euro**, também o conduz a promover a abertura e o desenvolvimento dos **mercados** dos **países candidatos**. Por último, marcando presença na maioria dos **mercados de capitais não europeus**, o Banco consolidou a sua posição como grande emitente de referência, diversificando simultaneamente os seus investidores e contrapartes.

O Banco privilegiou a **inovação** e a **diversificação dos canais de distribuição na colocação dos seus títulos**, lançando as primeiras «e-obrigações» electrónicas em EUR, GBP e USD. Para melhorar a **transparência das operações e reforçar a liquidez no mercado secundário**, as suas emissões foram acompanhadas de uma grande campanha de *marketing*, conduzida na sequência dos acordos firmados com *market-makers* em GBP, na linha dos do Programa EARN. Além disso, a gama de **produtos estruturados** - que contribuem para reduzir o custo de captação – foi alargada, para responder às necessidades das categorias de investidores que procuravam títulos de alto rendimento. Em todas as emissões estruturadas, procedeu-se a uma apreciação rigorosa do risco e previu-se uma cobertura bastante.

Tal como em 1999, mais de **90%** das emissões foram realizadas em **EUR, GBP e USD**, sobretudo, constituindo emissões de referência ao longo das respectivas curvas de rentabilidade, quer através do lançamento de novas emissões, quer do sumento de emissões com *tranches* fungíveis.

Embora a quota-parte do **euro** tenha sido menor que em 1999, devido às condições do mercado, este continua a ser a principal divisa de desembolso de empréstimos graças ao produto do *swap* de outras divisas; o Banco foi o primeiro emitente não governamental cuja curva de rentabilidade foi integralmente aceite nas plataformas electrónicas MTS de transacção de títulos no mercado secundário. As emissões EARN cifraram-se em 29 000 milhões, com vencimentos entre 2003 e 2010.

As transacções em **GBP**, principal divisa captada, que beneficiaram de condições favoráveis graças a uma estratégia extremamente dinâmica, consolidaram a posição do Banco como grande emitente de referência, com produtos complementares dos títulos do Tesouro Britânico, por força do estabelecimento de um protocolo de acordo com um grupo de *dealers*. A curva de referência do Banco estende-se actualmente até ao vencimento 2039.

A quota-parte do **USD** foi mais reduzida que em 1999, tendo o Banco lançado duas novas emissões de referência e tirado partido das condições favoráveis do mercado para aumentar linhas existentes ao longo de toda a curva de rentabilidade.

Emissões assinadas em 2000 (montantes em milhões de euros)

	EUR	DKK	GBP	GRD	SEK	Total EU	CHF	CZK	HKD	JPY	NOK	PLN	TWD	USD	ZAR	Total não EU	TOTAL
Antes de *swaps*	6607	0	14352	0	0	20959	641	111	524	182	0	93	390	5975	126	8042	29002
	22,8%	0,0%	49,5%	0,0%	0,0%	72,3%	2,2%	0,4%	1,8%	0,6%	0,0%	0,3%	1,3%	20,6%	0,4%	27,7%	100,0%
Após *swaps*	12366	108	11105	0	185	23764	641	139	0	363	78	51	0	3891	110	5273	29038
	42,6%	0,4%	38,2%	0,0%	0,6%	81,8%	2,2%	0,5%	0,0%	1,2%	0,3%	0,2%	0,0%	13,4%	0,4%	18,2%	100,0%

Nos PECO, o Banco lançou as primeiras emissões em zlotis polacos (PLN) no euromercado; o programa-quadro de emissão em HUF foi aumentado para 50 000 milhões, e foram captados CZK no mercado doméstico. O Banco também esteve muito activo nos mercados da África do Sul, da Ásia e do Pacífico.

O **montante total dos empréstimos obrigacionistas assinados**, antes de *swaps*, ascendeu a 29 002 milhões, o que representa um ligeiro decréscimo em relação a 1999 (29 295 milhões, incluindo 961 milhões assinados no âmbito de uma oferta de permuta de dívida em euros), enquanto a captação aumentou cerca de 2% (28 334 milhões em 1999). A quota-parte das divisas da UE foi de 72% (68% em 1999). A captação foi realizada em 10 divisas diferentes (16 em 1999), por meio de 136 operações.

A **captação de recursos**, após *swaps*, ascendeu a 29 038 milhões (28 355 milhões em 1999), tendo sido realizada em 11 divisas. O Banco continuou a recorrer enormemente ao mercado de *swaps*, obtendo 24 197 milhões (antes de operações *reverse swap* de taxa variável para taxa fixa), que representaram 83% da captação total, contra 87% em 1999 (24 581 milhões). Este facto deveu-se à exigência de adaptação dos fundos às necessidades dos mutuários, em termos de divisas ou de taxas de juro, ou de gestão da Tesouraria, ou à conversão das emissões estruturadas em produtos simples, em geral a taxa variável.

Os **fundos captados a taxa variável** (24 006 milhões, contra 21 850 milhões em 1999) representaram 83% do total, observando-se uma regressão da captação a taxa fixa, de 5 032 milhões em 1999, para 6 506 milhões. A **vida média das operações** foi mais longa, de 12,5 anos (10,1 anos em 1999), variando os vencimentos individuais entre 2 e quase 40 anos. De uma forma geral, os prazos mais longos verificaram-se essencialmente nas emissões em GBP.

No âmbito da gestão da dívida, o Banco procedeu a reembolsos antecipados de emissões obrigacionistas e a recompras no valor de 828 milhões.

Actividade nos mercados

De entre todos os organismos supranacionais, o Banco continua a ser o primeiro emitente em euros, embora o volume de emissões regredisse em 2000. Do mesmo modo, observou-se uma regressão, pelo segundo ano consecutivo, das emissões em euros de todo o sector dos organismos supranacionais e das agências, devido ao facto de outros mercados, tais como o da GBP e o do USD, oferecerem custos mais atractivos. Do ponto de vista dos investidores, a introdução do euro foi um êxito, tendo criado uma grande reserva de activos e aumentado consideravelmente a diversidade dos emitentes interessados em captar fundos em condições favoráveis.

Emissões EARN
em curso em 31.12.2000

Cupão %	Vencimentos	Montante (milhões de EUR)
4,500	15.02.2003	3 360
5,250	15.04.2004	6 100
3,875	15.04.2005	2 000
4,875	15.04.2006	2 000
5,750	15.02.2007	2 578
5,000	15.04.2008	5 082
4,000	15.04.2009	4 538
5,625	15.10.2010	3 000
		28 658

Euro: EUR 6 607 milhões antes de *swaps*/ /12 366 milhões após *swaps*

- **EARN** - emissões de referência: 5 681 milhões antes e após *swaps*:

Depois de lançar emissões de dimensão média no montante de 2 181 milhões, o Banco continuou a optimizar os custos e a aumentar a liquidez das linhas existentes, procedendo ao aumento de duas emissões num valor total de 500 milhões. Além disso, redobrou os seus esforços no sentido de reforçar a liquidez, atingindo no final do ano o nível a longo prazo necessário. A maior operação EARN cifrou-se em 3 000 milhões, com vencimento no ano chave de 2010. Em finais de 2000, tinham sido constituídas 8 emissões de referência a intervalos regulares na curva de rentabilidade entre 2003 e 2010. Deste modo, um volume de obrigações BEI de 29 000 milhões está coberto por acordos de *market-making* muito rigorosos, que permitem aumentar, tanto a liquidez dos títulos, como a sua visibilidade para os investidores. A infra-estrutura jurídica e técnica das emissões de referência, das operações de cobertura e das transacções no mercado secundário dos títulos foi consideravelmente melhorada.

A primeira transacção em euros do ano foi parcialmente realizada por via electrónica, procedimento que passou a ser correntemente utilizado nas principais operações do BEI no mercado primário. A emissão EARN 2004 foi admitida na plataforma Euro-MTS e as sete restantes na Supranational MTS, outro segmento da rede MTS. O Banco tornou-se assim o primeiro emitente não governamental a transaccionar por via electrónica todos os títulos que compõem a sua curva de rentabilidade. Os *dealers* do BEI podem agora negociar obrigações através do sistema MTS, independentemente da sua localização física e das diferenças na regulamentação. Criou-se assim um embrião de mercado electrónico pan-europeu.

- **Outras operações em euros:** 926 milhões antes e após *swaps*

Para responder à procura por parte de investidores europeus de produtos que oferecem rentabilidades mais elevadas, o BEI lançou emissões acompanhadas de estruturas complexas, tais como títulos indexados a acções que seguem a evolução de índices, aplicando critérios de prudência. Um novo produto, lançado em parceria com uma companhia de seguros, combinava um empréstimo obrigacionista com uma apólice de seguro de vida destinada a investidores interessados em criar um regime de previdência social privado.

Libra esterlina

GBP: 8 730 milhões antes de *swaps*/ /6 757 milhões após *swaps*

O mercado da GBP continuou a ser uma fonte regular de fundos de arbitragem, sobretudo para emitentes AAA e instituições financeiras. O BEI lançou grandes emissões de referência líquidas, que podem ser consideradas como um sucedâneo dos títulos do Tesouro Britânico («Gilts»), e posicionou-se como emitente de primeira linha.

No enquadramento da sua estratégia de captação em GBP, o Banco adoptou, concluindo um acordo com um grupo de *dealers*, uma política destinada a obter um elevado grau de transparência e de coerência, e introduziu medidas no sentido de aumentar a liquidez das suas obrigações em GBP no mercado secundário.

Em relação a 1999, o saldo vivo em GBP aumentou de 18 000 para 27 000 milhões. 20 000 milhões correspondem a emissões de referência ao longo da curva de rentabilidade (vencimentos a 2009, 2014, 2021 e 2028, e quatro novos vencimentos a 2011, 2025, 2032 e 2020, esta última com indexação aos preços de retalho - «RPI»). A estratégia do Banco foi completada com o lançamento da primeira emissão electrónica em GBP e da primeira emissão de obrigações BEI indexadas à inflação. O grupo de *dealers* transaccionou no mercado secundário um volume de emissões BEI de referência de 40 000 milhões, que é muito elevado em relação à média emitida durante o ano. A liquidez resultante constitui um factor incentivador da compra de títulos BEI pelas instituições. Cerca de um quarto destes fundos foi objecto de *swap* noutras divisas.

Dólar dos Estados Unidos
USD: 5 603 milhões antes de *swaps*/ 3 734 milhões após *swaps*

Em Janeiro, foi lançada uma primeira emissão de 1 000 milhões a 3 anos. O Banco tirou partido das condições favoráveis no euromercado do USD para aumentar dez emissões de referência existentes, com montantes entre 100 e 250 milhões de USD e vencimentos a 2, 3, 5, 7, 8 e 9 anos. Estas operações processaram-se com grande fluidez, graças a uma pré-colocação junto de investidores institucionais, e contribuíram para reforçar a liquidez do mercado. Em Junho, o Banco lançou uma nova emissão de referência de 1 000 milhões a 5 anos, proposta através dos *sites* Internet dos líderes das operações.

Durante o ano, foram lançadas duas emissões em USD destinadas a pequenos investidores japoneses, que permitiram prosseguir a diversificação do leque de investidores do Banco.

Outros mercados da Europa

As **divisas dos países escandinavos** -DKK, SEK e NOK - foram captadas através de *swaps*. Isto permitiu efectuar desembolsos *back-to-back* na divisa pretendida pelos clientes locais. No que respeita ao CHF, a captação centrou-se no refinanciamento de emissões obrigacionistas em fase de vencimento.

Mercados emergentes dos PECO

- Na sequência do estabelecimento de um programa-quadro de emissões em HUF (que foi aumentado para 50 000 milhões) e de um programa semelhante em CZK, nos respectivos mercados domésticos, o Banco assegurou em 2001 a sua presença no mercado doméstico da Polónia, com o mesmo tipo de programa em PLN. Isto deverá contribuir para desenvolver os mercados dos países candidatos à adesão à UE. Em 2000, o Banco lançou pela primeira vez no euromercado emissões em PLN, que desembolsou em operações *back-to-back* em favor de clientes polacos interessados em fundos com vencimentos relativamente longos.

– No mercado doméstico da CZK, foram lançadas duas emissões, uma das quais de referência a 15 anos, que permitiram que o BEI voltasse a alargar a curva de rentabilidade em CZK. Os fundos captados foram mantidos em tesouraria antes de serem desembolsados em favor de mutuários checos. O Banco também esteve presente no segmento do euromercado.

Mercados da África do Sul, da Ásia e do Pacífico

No que respeita ao rand, o evento principal em 2000 foi a constituição de uma tesouraria em ZAR, tendo sido captados 800 milhões em condições muito favoráveis. Quanto ao JPY, foram realizadas operações estruturadas que permitiram captar recursos a um custo muito vantajoso após *swaps,* e continuar a melhorar o perfil do BEI neste segmento do mercado. No mercado do dólar de Hong Kong (HKD), o Banco confirmou a sua posição de emitente de referência, cobrindo a gama de vencimentos da curva de rentabilidade de 3, 5 e 10 anos, enquanto no mercado do dólar de Taiwan (TWD), atingiu níveis recordes de captação, apesar da grande volatilidade do mercado. O produto da captação em condições vantajosas destas duas divisas foi objecto de *swap* em USD ou em EUR.

Um intermediário financeiro eficaz

Colaboração com o sector bancário

O BEI mantém uma estreita colaboração com o sector bancário no que toca, quer à captação de fundos no mercado de capitais, quer à concessão de empréstimos. Esta colaboração é indispensável para que possa:

- contribuir para o financiamento de um elevado número de projectos individuais de grandes dimensões recorrendo, quando apropriado, à intermediação;
- obter garantias bastantes para o financiamento de projectos individuais privados, dado que um terço das mesmas é prestado por bancos ou por instituições financeiras;
- desempenhar, graças à sua experiência na avaliação de projectos que requerem financiamentos a longo prazo, um papel catalisador na elaboração de pacotes financeiros sólidos que permitam conceder financiamentos nas melhores condições em termos de taxas de juro e de prazos;
- contribuir para melhorar a situação financeira de PME e de promotores de projectos e de infra-estruturas de pequena e média dimensão, concedendo empréstimos globais ao sector bancário.

É sobretudo no domínio dos empréstimos globais que a colaboração do BEI com a comunidade bancária é mais intensa. Este instrumento de financiamento indirecto e descentralizado de projectos de pequena e média dimensão foi concebido com vista a suprir as necessidades das PME e das autarquias locais que, por razões de eficácia, o BEI não pode financiar directamente. Respondendo a necessidades reais e apoiando-se numa rede de 180 bancos parceiros (cerca de um quarto dos quais integraram o sistema nos últimos três anos), estes empréstimos têm vindo a desenvolver-se regularmente e representaram em 2000 cerca de 40% das actividades no seio da União. Anualmente, dezenas de milhares de PME e de autarquias locais beneficiam de fundos disponibilizados através de empréstimos globais.

Desde 1997, o BEI tem-se empenhado, colaborando estreitamente com a comunidade financeira, em desenvolver estruturas de capital de risco em toda a União, com vista a reforçar os capitais próprios de PME inovadoras e de alta tecnologia. Esta carteira de operações foi transferida para o FEI, desde que este Fundo foi reestruturado.

Nos países terceiros, o BEI também colabora com bancos comerciais, nacionais ou europeus, instituições financeiras multilaterais ou bilaterais, e ainda, com instituições da União que intervêm com fundos orçamentais europeus ou dos Estados-membros.

O BEI continuará a associar-se a estas instituições, nomeadamente, para promover as melhores montagens financeiras, compartilhar os riscos e garantir a coordenação e a complementaridade entre as diferentes instituições parceiras, obtendo assim a máxima sinergia dos meios disponíveis para benefício dos projectos a financiar.

Parceria com as instituições

O **Conselho Europeu** recorre cada vez mais ao Grupo BEI para concretizar rapidamente as suas grandes orientações de política económica; tal aconteceu no Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000), na sequência do qual o BEI instaurou a sua «Iniciativa Inovação 2000».

A importância do contributo do Banco para a realização das grandes políticas da União levou ao estreitamento das relações com o **Parlamento Europeu**, o qual passou a integrar as actividades do BEI na sua avaliação do cumprimento dos objectivos da União. Em Fevereiro de 2001, a adopção do primeiro relatório parlamentar sobre o acompanhamento da acção do BEI constituiu um acontecimento institucional importante, tendo o Presidente do Banco intervindo na Sessão Plenária do Parlamento Europeu.

Paralelamente, o Banco tem desenvolvido a sua colaboração com a **Comissão**, no conjunto dos domínios em que intervém. A ilustrar este facto, as duas instituições assinaram um acordo de cooperação para reforçar a complementaridade entre as operações do Banco e as intervenções a cargo do orçamento comunitário, no que toca a acções estruturais e à preparação para o alargamento durante o período de 2000 a 2006.

Nos países terceiros, o Banco colabora também com as **instituições financeiras multilaterais ou bilaterais** e com as instituições da União, com vista a instaurar as montagens financeiras mais eficazes e a garantir a máxima complementaridade da acção dos diferentes parceiros.

O Banco preocupa-se, tal como as restantes instituições, em proteger os interesses financeiros da União, pelo que as suas actividades por conta de fundos provenientes do orçamento comunitário são controladas pelo **Tribunal de Contas**. Neste mesmo espírito, o Banco adoptou uma decisão interna destinada a permitir que a **Organização Europeia Antifraude** cumpra a sua missão no que respeita às actividades do BEI.

Diversidade dos produtos propostos

O BEI continua a ampliar e modernizar a gama dos seus instrumentos financeiros, empenhado que está em propor as melhores modalidades de financiamento aos seus clientes e em acompanhar a evolução do mercado.

Além dos empréstimos a médio e a longo prazo, dos empréstimos globais e do capital de risco, o Grupo BEI oferece, graças ao seu Instrumento de Financiamento Estruturado (IFE), uma gama completa de produtos para o financiamento de empresas e de projectos.

Por outro lado, com o reagrupamento das operações de capital de risco e de prestação de garantias a PME no FEI, o Grupo BEI está apto a responder cabalmente a todo o tipo de necessidades de financiamento das PME.

Estrutura directiva

O **Conselho de Governadores**, que se compõe de quinze ministros designados por cada um dos Estados-membros (em geral, os Ministros das Finanças), define as directivas gerais relativas à política de crédito a seguir, aprova o balanço e o relatório anual e decide dos financiamentos do Banco no exterior da União e dos aumentos de capital; também nomeia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização.

O **Conselho de Administração** garante a conformidade da gestão do Banco com as disposições do Tratado e dos Estatutos e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores. Tem competência exclusiva para decidir da concessão de empréstimos e garantias e da captação de fundos. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores, por um período de cinco anos (renovável) por designação dos Estados-membros, e são responsáveis unicamente perante o Banco. O Conselho de Administração compõe-se de 25 administradores e 13 suplentes, dos quais, respectivamente, 24 e 12 são designados pelos Estados-membros; a Comissão Europeia nomeia um administrador e um suplente.

O **Comité Executivo** é o órgão executivo colegial e permanente do BEI, que, sob a autoridade do Presidente e o controlo do Conselho de Administração, assegura a gestão dos assuntos correntes do Banco e recomenda a este Conselho decisões, garantindo subsequentemente a respectiva execução. O Presidente do Banco ou, no seu impedimento, um dos Vice-Presidentes, preside às reuniões do Conselho de Administração. Os membros do Comité Executivo são responsáveis unicamente perante o Banco, e são nomeados pelo Conselho de Governadores, por proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos.

O Conselho de Administração

Comité Executivo

A direcção colegial do Banco e os domínios de supervisão dos seus membros

Philippe MAYSTADT
Presidente do Banco e do Conselho de Administração

- Relações com o Parlamento
- Questões institucionais
- Controlo financeiro
- Recursos humanos
- Orçamento
- Presidente do Conselho de Administração do FEI
- Governador do BERD

Wolfgang ROTH
Vice-Presidente

- Financiamentos na Alemanha e nos países da Europa Central candidatos à adesão
- Informação e Comunicação
- Vice-Governador do BERD

Massimo PONZELLINI
Vice-Presidente

- Financiamentos na Itália, Grécia, Chipre e Malta
- Riscos de crédito e administração dos financiamentos
- Contabilidade e controlo do risco financeiro
- Membro do Conselho de Administração do FEI
- Financiamento de PME

Ewald NOWOTNY
Vice-Presidente

- Financiamentos na Áustria, Suécia, Finlândia, Islândia, Noruega, Turquia e Balcãs; relações com a Suíça
- Estudos económicos e financeiros
- Redes transeuropeias
- Ligações com o NIB

Francis MAYER
Vice-Presidente

- Financiamentos em França, Machereque, Israel, Gaza e Cisjordânia
- Políticas financeiras
- Mercado de capitais
- Tesouraria

Peter SEDGWICK
Vice-Presidente

- Financiamentos no Reino Unido e na África do Sul
- Protecção do ambiente
- Relações com as ONG; abertura e transparência
- Auditoria interna e externa e relações com o Comité de Fiscalização
- Relações com o Tribunal de Contas

Isabel MARTÍN CASTELLÁ
Vice-Presidente

- Financiamentos em Espanha, Portugal, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, América Latina e Ásia
- Financiamentos estruturados e novos instrumentos de financiamento
- Assuntos jurídicos (aspectos operacionais)
- Ligação com o BIAD e o BAsD

Michael G. TUTTY
Vice-Presidente

Financiamentos na Irlanda, Dinamarca e países ACP
- Avaliação dos projectos e avaliação *ex-post* das operações
- Desenvolvimento regional
- Ligação com o BAD

O **Comité de Fiscalização** compõe-se de três membros, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos, renovável. Em 1996, o Conselho de Governadores criou o cargo de Observador junto deste Comité, com um mandato de um ano. O Comité de Fiscalização é um órgão independente, directamente responsável perante o Conselho de Governadores, e a sua missão consiste em garantir que as operações do Banco são realizadas em conformidade com os procedimentos estipulados nos Estatutos e verificar a regularidade dos livros do Banco. O Conselho de Governadores toma conhecimento do Relatório do Comité e das suas conclusões antes de aprovar o Relatório Anual adoptado pelo Conselho de Administração.

Funcionamento do BEI

Desenvolvimento individual

As principais prioridades da gestão de recursos humanos do BEI são manter o alto nível de qualificações e de competência profissional do seu pessoal para poder responder às exigências presentes e futuras, e oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional. Em 2001, os orçamentos para a formação operacional serão transmitidos às direcções; deste modo, os quadros superiores assumirão a responsabilidade da execução dos programas de formação, trabalhando em colaboração com o Departamento de Recursos Humanos, o qual se encarregará da respectiva coordenação.

Sondagem sobre o estado de espírito e as expectativas do pessoal

Para poder apreciar mais cabalmente os efeitos da rápida evolução do contexto de trabalho, o Comité Executivo pediu a uma empresa especializada para realizar uma sondagem de opinião junto do pessoal do Banco. Embora este tenha expresso em geral um grande sentimento de realização profissional, também assinalou certas falhas que pressupõem vários melhoramentos. Nesta conformidade, o exercício de avaliação, com todas as suas vertentes, tais como o desempenho, a formação, o desenvolvimento e as promoções, constitui um dos projectos prioritários, que mereceu grande atenção do próprio Presidente do Banco.

Recrutamento

O Banco prosseguiu em 2000 a política activa de recrutamento externo, continuando a garantir o desenvolvimento do seu potencial interno.

A paridade homens/mulheres foi em geral mantida no recrutamento, embora a nível de quadros, a proporção feminina represente somente um terço do pessoal recrutado, Em finais de Dezembro de 2000, os efectivos do Banco ascendiam a 1 033 pessoas, o que representa um aumento de 2,18% em relação ao ano anterior.

A constituição do Grupo BEI conduziu a destacamentos e a trocas de pessoal entre o BEI e o FEI, para obter o máximo de sinergias operacionais e administrativas.

Representação do pessoal

Em 2000, o Colégio de Representantes do Pessoal prosseguiu os debates encetados no ano anterior com a Direcção do Banco sobre a modernização da política de pessoal e as condições de trabalho, tendo negociado com a administração a adopção de um novo sistema de recurso, e prosseguido as negociações com o Departamento de Recursos Humanos quanto à revisão do Regulamento do Pessoal.

Igualdade de oportunidades

O Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades para homens e mulheres (COPEC) vela pela execução da política de igualdade de oportunidades a nível de carreiras, formação e infra-estruturas sociais. Foi, de resto, o COPEC que suscitou o lançamento de um programa de assistentes operacionais, que abrirá novas perspectivas de carreira para o pessoal administrativo.

Estrutura directiva

Para se ajustar à evolução do seu contexto e das suas actividades, o Banco adapta regularmente a sua organização e estruturas internas. As alterações introduzidas em 2000 constam do organigrama apresentado nas páginas 36 e 37, o qual é regularmente actualizado no *site* do BEI na Internet (www/bei.org).

Sistema de Informação Estratégica Integrada (ISIS)

Em Julho de 2000, o Comité Executivo decidiu dar seguimento às conclusões de um estudo do sistema de informação a médio prazo (MTISR), aprovando um vasto programa plurianual de renovação e substituição da maioria das aplicações e das infra-estruturas actualmente utilizadas no Banco.

O «Sistema de Informação Estratégica Integrada» (ISIS) é muito mais do que um simples projecto ligado às tecnologias da informação: com base nas necessidades decorrentes das actividades do Banco, propõe-se modificar o enquadramento organizacional da instituição. Os seus benefícios potenciais cobrem muitas áreas e poderá ter um grande impacto na estrutura e nos métodos de trabalho do Banco.

Estrutura dos serviços

(em 15 de Abril de 2001)

Secretariado-Geral

Francis CARPENTER (4310)
Secretário-Geral

Assuntos Gerais

Rémy JACOB (4312)
Director

Secretariado
Hugo WOESTMANN
Planeamento, Orçamento e Controlo
Theoharry GRAMMATIKOS
Tradução
Georg AIGNER
Compras e Serviços administrativos
Manfredo PAULUCCI de CALBOLI
Coordenação
Evelyne POURTEAU

Gabinete de Bruxelas (+322 2350070)

Dominique de CRAYENCOUR
Director

Serviços gerais e Gestão das instalações
Agustín AURÍA
Implementação das Recomendações de Auditoria
Helmut KUHRT

Tecnologias de Informação

Luciano DI MATTIA (9600)
Director

Projectos informáticos
Alexander ANDÒ
Serviços
Andrew ALLEN
Infra-estruturas
José GRINCHO
Ernest FOUSSE

Direcção-Geral de Financiamentos

Direcção Europa Ocidental

Michel DELEAU (5436)
Director-Geral

Apoio às Operações e Administração

Jos van KAAM (5446)
Director
Christian CAREAGA GUZMAN

Coordenação
Thomas FAHRTMANN
Políticas operacionais
Guy CLAUSSE
Sistemas de Informação e de Acompanhamento
Guy BERMAN
Apoio da Gestão financeira
Ralph BAST
Financiamentos estruturados
Alain TERRAILLON

Reino Unido, Irlanda e Países Nórdicos

Thomas BARRETT (5426)
Director

Banca, Indústria e Titulação
Bruno DENIS
Infra-estruturas económicas
Tilman SEIBERT
Financiamentos estruturados e Parcerias público/privadas (PPP)
Themistoklis KOUVARAKIS
Países Nórdicos
Paul DONNERUP

Espanha e Portugal

Alfonso QUEREJETA (6416)
Director

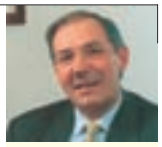
Espanha - PPP, Infra-estruturas, Sector social e urbano
Christopher KNOWLES
Espanha – Banca, Indústria, Energia e Telecomunicações
Fernando de la FUENTE
Gabinete de Madrid (+34 914311340)
José Miguel ZUDAIRE
Portugal
Filipe CARTAXO
Gabinete de Lisboa (+351 213428989)
David COKER

França e Benelux

Alain BELLAVOINE (6464)
Director

França – Infra-estruturas
Jacques DIOT
França – Empresas
Constantin SYNADINO
Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos
Ferdinand SASSEN

Direcção Centro Europa



Terence BROWN (6259)
Director-Geral

Alemanha e Áustria

Joachim LINK
Director

Alemanha (Länder do norte)
Laurent de MAUTORT
Alemanha (Länder do sul)
Heinz OLBERS
Gabinete de Berlim (+49 305900479-0)
Franz-Josef VETTER
Áustria, Energia e Telecomunicações na Alemanha
Paolo MUNINI

Países Candidatos à Adesão

Emanuel MARAVIC (7444)
Director

Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia
Grammatiki TSINGOU-PAPADOPETROU
Hungria, Eslováquia, Eslovénia e EURATOM
Henk DELSING
Bulgária e Roménia
Guido BRUCH
República Checa e Empréstimos globais
Jean VRLA

Itália, Grécia, Chipre e Malta

Thomas HACKETT (+39 064719-1)
Director

Infra-estruturas
Bruno LAGO
Energia, Ambiente e Telecomunicações
Michael O'HALLORAN
Indústria e Banca
Jean-Christophe CHALINE
Gabinete de Atenas (+30 6824517-9)
Arghyro ELEFTHERIADOU

Direcção Exterior

Jean-Louis BIANCARELLI (7009)
Director-Geral

Serviço de Consulta para as Questões económicas de Desenvolvimento
Daniel OTTOLENGHI
Consultor-Chefe para o Desenvolvimento
Flavia PALANZA
Consultora Económica Principal

Mediterrâneo e Balcãs

Antonio PUGLIESE (7327)
Director

Magrebe
Alain SÈVE
Machereque e Médio Oriente
Jane MACPHERSON
Turquia e Balcãs
Patrick WALSH

África, Caraíbas, Pacífico e África do Sul

Martin CURWEN (7230)
Director

África Ocidental e Sahel
Tassilo HENDUS
África Central e Oriental
Jacqueline NOËL
África Austral e Oceano Índico
Justin LOASBY
Caraíbas e Pacífico
Stephen McCARTHY

América Latina e Ásia

Claudio CORTESE (7414)
Director

Ásia
Siward W. de VRIES
América Latina
Matthias ZÖLLNER

Direcção de Finanças

René KARSENTI (5263)
Director-Geral

Mercado de Capitais

Barbara BARGAGLI-PETRUCCI (4267)
Directora

Euro – Emissões de Referência
Carlos FERREIRA DA SILVA
Euro – Outras Emissões
Joseph VOGTEN
Europa (Não-EURO) e África
David O. CLARK
América, Ásia e Pacífico
Carlos GUILLE

Tesouraria

Anneli PESHKOFF (5124)
Directora

Gestão da Liquidez
Francis ZEGHERS
Gestão Activo/passivo
Jean-Dominique POTOCKI
Gestão da Carteira
James RANAIVOSON

A estrutura dos serviços poderá ser alterada, pelo que se pede ao leitor que consulte a versão regularmente actualizada no *site* internet do BEI: www.bei.org

Os números de telefone completos correspondem aos gabinetes externos do BEI. Quanto aos números da Sede do Banco no Luxemburgo (+352 4379-1), apenas são indicadas as extensões.

Previsão e Execução das Operações

Francisco de PAULA COELHO (5213)
Director

Back-office Empréstimos
Gianmaria MUSELLA
Back-office Tesouraria
Erling CRONQVIST
Back-office Emissões
Yves KIRPACH
Desenvolvimento de Sistemas, Base de dados e Empréstimos
Charles ANIZET

Política Financeira, GAP e Gestão de Riscos de mercado
Alain GODARD

Coordenação
Henri-Pierre SAUNIER

Direcção de Projectos

Caroline REID (2451)
Directora-Geral

Infra-estruturas

Peter BOND (2668)
Director

Barendt STOFKOPER
Axel HÖRHAGER
(Coordenador Balcãs)
Philippe OSTENC
(Concursos públicos)
Mateo TURRÓ CALVET
(Coordenador Economistas do Departamento)

Sector rodo/ferroviário
Lars NORDIN
José Luis ALFARO
Luigi MARCON
Sectores aéreo/marítimo
Jean-Pierre DAUBET
Sector urbano
Luis LÓPEZ RODRÍGUEZ
Gianni CARBONARO
Água e Saneamento
José FRADE

Energia, Telecomunicações e Tratamento de resíduos

Günter WESTERMANN (2444)
Director

Electricidade e Tratamento de resíduos
René van ZONNEVELD
Heiko GEBHARDT
(Tratamento de resíduos)
Petróleo e Gás
(Günter WESTERMANN)
Telecomunicações e Tecnologias de informação
Carillo ROVERE
Questões económicas
Gerhardus van MUISWINKEL

Indústria e Serviços

Constantin CHRISTOFIDIS (8604)
Director

Recursos primários e Ciências da vida
Jean-Jacques MERTENS
Peder PEDERSEN
Indústria transformadora e Serviços
Bernard BÉLIER
Pedro OCHOA

Capital humano
Stephen WRIGHT
Economia industrial
Hans-Harald JAHN

Coordenação e Controlo

Patrice GÉRAUD (2481)
Director adjunto

Peter CARTER
(Coordenador ambiental)

Coordenação operacional
Angelo BOIOLI

Políticas gerais
Agostino FONTANA
.....

Direcção de Assuntos Jurídicos

Eberhard UHLMANN (3602)
Director-Geral

Questões financeiras e Política institucional
Marc DUFRESNE (3625)
Co-Director

Questões financeiras
Nicola BARR
Política institucional
Carlos GOMEZ DE LA CRUZ

Operações

Konstantin ANDREOPOULOS (3562)
Director-Geral adjunto
Política operacional e Balcãs
Roderick DUNNETT
Alemanha, Áustria e PECO
Gerhard HÜTZ
Espanha e Portugal
Ignacio LACORZANA
Dinamarca, Irlanda, Finlândia, Suécia e Reino Unido
Patrick Hugh CHAMBERLAIN
Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos
Pierre ALBOUZE
ACP, América Latina e Ásia, Mediterrâneo e PTU
Regan WYLIE-OTTE
Grécia, Itália, Chipre e Malta
Manfredi TONCI OTTIERI

Direcção de Estudos Económicos e de Informação

Alfred STEINHERR (3446)
Economista-Chefe

Estudos Económicos e Financeiros
Christopher HURST
Eric PERÉE

Documentação e Biblioteca
Marie-Odile KLEIBER

Informação e Comunicação

Henry MARTY-GAUQUIÉ (3149)
Director

Política de Comunicação
Adam McDONAUGH
Relações com os Meios de Comunicação
Paul Gerd LÖSER

Coordenação
Daphné VENTURAS

Risco de Crédito

Pierluigi GILIBERT (5339)
Director-Geral

Infra-estruturas e Indústria
Per JEDEFORS (6337)
Director
Risco Financiamento de Projectos
Klaus TRÖMEL
Metodologias de Risco de Crédito e Produtos derivados
Luis GONZALEZ-PACHECO
Banca
Georg HUBER
Coordenação e apoio
Elizabeth MATIZ

Recursos Humanos

Andreas VERYKIOS (2576)
Director

Christopher SIBSON
Consultor Principal para as questões de Pessoal

Recursos
Jörg-Alexander UEBBING
Desenvolvimento
Margareta HÖLCKE
Administração
Zacharias ZACHARIADIS

Avaliação das Operações

Horst FEUERSTEIN (3480)
Director

Juan ALARIO GASULLA
Campbell THOMSON

Controlo Financeiro

Patrick KLAEDTKE (3228)
Director

Contabilidade
Luis BOTELLA MORALES (3282)
Director adjunto
Controlo interno e Controlo de Gestão
Antonio ROCA IGLESIAS

Auditoria Interna

Peter MAERTENS

Política de informação e de transparência

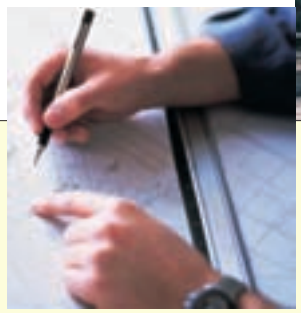
No início de 2001, o BEI tomou uma série de decisões destinadas a tornar os seus procedimentos e operações mais transparentes e acessíveis para o público em geral.

A nova política de divulgação do Banco é apresentada num capítulo específico no *site* Internet do BEI (www.bei.org) intitulado **«política de informação»**; este capítulo reúne o conjunto de documentos que regem a relação do BEI com o público, diversas publicações relativas às políticas e aos procedimentos da instituição e informações relativas a projectos alvo de interrogações por parte da sociedade civil europeia. Este *site* Internet do Banco também inclui a lista dos projectos em fase de apreciação com vista a financiamento desde o início de 2001, a qual é divulgada antes da tomada de decisão de financiamento pelo Conselho de Administração do BEI, salvo se o promotor do projecto apresentar objecções justificadas em contrário, por razões de confidencialidade.

Esta evolução tem na sua base o diálogo mantido há muitos anos com o **Parlamento Europeu**, e que se tem reforçado com a participação regular do Banco em diversas reuniões de comissões parlamentares. Este diálogo deu um passo importante na Primavera de 2001, com a adopção, em sessão plenária, do primeiro relatório do Parlamento sobre o acompanhamento das actividades do Banco. Nesta ocasião, o Presidente do Banco dirigiu-se à Assembleia Geral, para responder às questões dos deputados europeus, representantes dos cidadãos da União. O texto do presidente na Assembleia Geral, assim como as intervenções dos deputados e o relatório do Parlamento, podem ser consultados no *site* Internet do BEI.

O BEI mantém também um diálogo permanente com diversas organizações da **sociedade civil** acerca dos objectivos e realizações em prol da integração europeia.

O BEI pretende assim associar-se, não deixando de respeitar a especificidade da sua relação com os seus clientes maioritariamente privados, aos esforços das instituições europeias no sentido de se aproximarem dos cidadãos, os quais, na realidade, são os beneficiários finais das suas acções.



Projectos que podem ser financiados pelo Banco

Na União Europeia, o BEI financia projectos que contribuam para um ou mais dos seguintes objectivos:

- reforço da coesão económica e social, e criação de actividade económica que contribua para o desenvolvimento económico das zonas menos favorecidas;
- promoção de investimentos em favor de uma sociedade baseada no conhecimento e na inovação;
- melhoria das infra-estruturas e dos serviços nos domínios da educação e da saúde, componentes essenciais do capital humano;
- desenvolvimento das infra-estruturas de interesse comunitário no domínio dos transportes, das telecomunicações e do transporte de energia;
- preservação do ambiente natural e urbano, incluindo o recurso às energias renováveis;
- segurança do abastecimento energético através da utilização racional, da valorização dos recursos endógenos ou da diversificação das importações;
- melhoria das condições financeiras das PME para promover o respectivo desenvolvimento:
    - por meio de empréstimos a médio e a longo prazo,
    - por meio do recurso ao capital de risco.

Nos **países candidatos** à adesão, o BEI financia o desenvolvimento das infra-estruturas de base, a criação de novas actividades, a protecção do ambiente e a transferência do acervo comunitário.

No exterior da União, o BEI participa na implementação das políticas da União em matéria de ajuda e de cooperação para o desenvolvimento, concedendo empréstimos a longo prazo a cargo de recursos próprios ou financiamentos subordinados e capitais de risco a cargo de recursos orçamentais dos Estados-membros ou da União. O BEI pode intervir:

- nos países da Parceria Euro-mediterrânica, para contribuir para a realização dos objectivos desta Parceria, na perspectiva da criação de uma união aduaneira até 2010;
- nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), na África do Sul e nos PTU;
- na América Latina e na Ásia, onde financia certos projectos de interesse mútuo para a União e os países interessados;
- nos países dos Balcãs, onde contribui para os objectivos do Pacto de Estabilidade, centrando as intervenções na reconstrução das infra-estruturas de base e no financiamento de projectos de âmbito regional.

BEI agradece aos promotores e fornecedores as fotografias apresentadas no presente relatório:
Fränk Weber (capa, p. 1 e 2), Masterfile (p. 4, 8, 9, 11, 12, 21, 22, 25, 26 e 38), Image Bank (p. 6, 7, 10, 20, 26 e 28), Sue Cunningham (p. 9, 13, 14, 15 e 29) CE (p. 10, 15 e 32), Stone (p. 12, 19, 20 e 21), Photodisc (p. 10, 12 e 20) Fotostock (p. 12 e 18), La Vie du Rail (P. 18, 23 e 24) e TAV (p.22).

O BEI publica brochuras sobre as modalidades de intervenção ou sobre as actividades em função dos países, zonas ou objectivos, que podem ser consultadas no *site* Internet, ou pedidas junto do Departamento de Informação e Comunicação.

Balanço sintético do Grupo BEI

Balanço em 31 de Dezembro de 2000 *(em milhares de euros)*

ACTIVO	31.12.2000
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	24 726
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais	1 474 510
3. Créditos sobre instituições de crédito	
a) à vista	135 178
b) outros créditos	11 257 184
c) empréstimos	75 767 232
	87 159 595
4. Créditos sobre clientes	93 101 379
Provisões específicas	- 175 000
	92 926 379
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
a) de emitentes públicos	1 423 468
b) de outros emitentes	2 310 668
	3 734 135
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	632 409
7. Imobilizações incorpóreas	10 018
8. Imobilizações corpóreas	83 459
9. Outros activos	
a) a receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME	7 636
b) devedores diversos	902 504
c) contratos de *swap* de divisas a receber	29 067 793
	29 977 933
10. Contas de regularização	3 444 117
	219 467 279

PASSIVO	31.12.2000
1. Débitos para com instituições de crédito	
a) à vista	13
b) a prazo ou com pré-aviso	507 889
	507 902
2. Débitos representados por títulos	
a) Certificados e obrigações em circulação	161 488 067
b) outros	825 137
	162 313 204
3. Outros passivos	
a) bonificações de juros recebidas antecipadamente	334 562
b) credores diversos	896 320
c) contratos de *swap* de divisas a pagar	28 064 569
d) diversos	38 290
	29 333 741
4. Contas de regularização	4 775 375
5. Provisões para riscos e encargos	
Fundo de Pensões	433 281
6. Fundo para riscos bancários gerais	980 005
7. Capital	
subscrito	100 000 000
não exigido	- 94 000 000
	6 000 000
8. Reservas	
a) fundo de reserva	10 000 000
b) reservas suplementares	2 124 244
	12 124 244
9. Fundos afectados às operações de capital de risco	1 500 000
10. Resultados do exercício	1 307 741
11. Quotas minoritárias	191 786
	219 467 279

Endereços do Grupo BEI

Banco Europeu de Investimento
100, bd Konrad Adenauer
L-2950 Luxemburgo
Tel. (+352) 43 79 - 1
Fax (+352) 43 77 04

Internet: www.bei.org
E-mail: info@bei.org

Fundo Europeu de Investimento
43, avenue J.F. Kennedy
L-2968 Luxemburgo
Tel. (+352) 42 66 88-1
Fax (+352) 42 66 88-200

Internet: www.eif.org
E-mail: info@eif.org

Banco Europeu de Investimento

Fundo Europeu de Investimento

Departamento de Financiamentos:
Itália, Grécia, Chipre e Malta
Via Sardegna, 38
I - 00187 Roma
Tel. +39 - 06- 47 19-1
Fax +39 - 06 - 42 87 34 38

Gabinete de Atenas:
364, Kifissias Ave & 1, Delfon
GR - 152 33 Halandri/Atenas
Tel. +30 (1) 682 45 17-9
Fax +30 (1) 682 45 20

Gabinete de Berlim:
Lennéstrasse, 17
D - 10785 Berlim
Tel. +49 (0) 30 59 00 479 - 0
Fax +49 (0) 30 59 00 47 99

Gabinete de Bruxelas:
Rue de la loi 227
B - 1040 Bruxelas
Tel. +32 (0) 2 - 235 00 70
Fax +32 (0) 2 - 230 58 27

Gabinete de Lisboa:
Regus Business Center
Avenida da Liberdade, 110-2°
P - 1269-046 Lisboa
Tel. +351 - 21 342 89 89
ou (351) 21 342 88 48
Fax +351 - 21 347 04 87

Gabinete de Madrid:
Calle José Ortega y Gasset, 29
E - 28006 Madrid
Tel. +34 914 311 340
Fax +34 914 311 383

Den Europæiske Investeringsbank
Europäische Investitionsbank
Ευρωπαϊκή Τράπεζα Επενδύσεων
European Investment Bank
Banco Europeo de Inversiones
Banque européenne d'investissement
Banca europea per gli investimenti
Europese Investeringsbank
Banco Europeu de Investimento
Euroopan investointipankki
Europeiska investeringsbanken

QH-35-01-077-PT-C

ISBN 92-861-0014-0

9 789286 100147 >